

Circular nº 415/2023

Brasília (DF), 13 de novembro de 2023

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s diretores(a)s do ANDES-SN

**Assunto:** Relatório do XIX Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES realizado em São Luís (MA), nos dias 20, 21 e 22 de outubro do corrente ano.

Companheira(o)s,

Encaminhamos o Relatório do XIX Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES realizado em São Luís (MA), nos dias 20, 21 e 22 de outubro do corrente ano.

Acesse os anexos por meio do link:  
[https://drive.google.com/drive/folders/1aHV1f9F0T6DalyKLtbXQwCgv\\_19sg5mm?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1aHV1f9F0T6DalyKLtbXQwCgv_19sg5mm?usp=sharing)

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof<sup>a</sup> Annie Schmaltz Hisou

3<sup>a</sup> Secretária

## RELATÓRIO DO XIX ENCONTRO NACIONAL DO SETOR DAS IEES-IMES

**Tema:** *Em defesa da educação pública: a luta pela recomposição salarial e orçamento nas universidades estaduais e municipais*

**Local:** Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís - MA

**Período:** 20 a 22 de outubro de 2023

**Coordenação do setor:** Alexandre Galvão (2º secretário, Andes-SN), Annie Schmaltz Hsiou (3ª secretária, Andes-SN), Gisvaldo Oliveira da Silva (2º tesoureiro, Andes-SN), Flávia Spinelli Braga (1ª VPR Regional Nordeste II, Andes-SN), Gilberto Calil (1º VPR Regional Sul, Andes-SN) e Renata Gama (2ª VPR Regional Rio de Janeiro, Andes-SN).

**Seções sindicais presentes:** ADUEMG, ADUNIMONTES, SINDIFAMES, ADUENF-SESDUENF, ASDUERJ, ADUSP, SINDIPROL-ADUEL, SINDUNESPAR, ADUNIOESTE, SESDUEM, ADUSC, ADUFS-BA, ADUSB, ADUNEB, ADUEPB, ADUERN, ADCESP, SINDUECE, SINDUEMA, ADUNEMAT, ADUEMS, APUG, SINDUNDF, SINDUEPA. (Os nomes d(a)os representantes das seções sindicais e membros da diretoria seguem no final do presente relatório).

### PROGRAMAÇÃO

#### Sexta feira – 20 /10

**16h** - Ato público em apoio à greve dos professores e professoras da UEMA e UEMASUL, na Praça Pedro II, em frente ao Palácio dos Leões, Centro de São Luís (MA). Após as intervenções das entidades sindicais presentes, do Andes-SN e da SINDUEMA, a mobilização saiu em marcha até a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UEMA para a abertura do XIX Encontro Nacional das IEES/IMES.

## **17h – Credenciamento**

## **18h – Mesa de abertura do XIX ENCONTRO NACIONAL DO SETOR DAS IEES-IMES**

**Coordenação:** Flávia Spinelli Braga (1ª VPR Regional Nordeste II, Andes-SN)

**Relatoria:** Annie Schmaltz Hsiou (3ª secretária, Andes-SN)

**Composição da Mesa de Abertura:** Bruno Rogens (Presidente da SINDUEMA), Sâmbara Paula Francelino Ribeiro (1ª Tesoureira Regional Nordeste I), Bartolomeu Rodrigues Mendonça (APRUMA), Sheila Bordalo - Presidente do SINDEDUCAÇÃO, Urbano Bittencourt (estudantes da UEMA), Alexandre Galvão (2º secretário Andes-SN e Coordenação do setor das IEES e IMES), Raquel Dias (Presidenta em exercício Andes-SN).

**Abertura - Flávia Spinelli Braga (Andes-SN):** saúda o os presentes no Encontro Nacional do setor das IEES-IMES do Andes-SN em São Luís do Maranhão. Fala brevemente sobre a programação do encontro. Segue-se a chamada para a mesa de abertura. Orienta as/o convidadas/os a se auto descreverem. Informa que o evento não é deliberativo, porém será de grande importância para orientar a nossa categoria.

**Bruno Rogens (SINDUEMA):** saúda a todas/os especialmente as/os docentes da UEMA e UEMASUL, que se encontram em uma greve histórica da categoria. Exalta que o SINDUEMA, base do Andes-SN, não está mais isolado no cenário de luta docente do Maranhão.

**Sâmbara Paula Francelino Ribeiro (Andes-SN):** saúda o evento, faz uma revisão desde o último encontro do setor. O Andes-SN está em greve, as universidades estaduais do Maranhão estão em greve! Reforça o papel importante e necessário das universidades estaduais, formação de professores/as da rede básica de ensino, as primeiras a garantir cotas/reservas de vagas, custos noturnos etc., instrumentos de educação superior voltados aos interesses dos/as filhas/os da classe trabalhadora. Justifica a ausência de Luiz Eduardo (1º VPR da Regional Nordeste I, Andes-SN), Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2ª VPR da Regional Nordeste I, Andes-SN) e Célia Soares Martins (2ª Tesoureira Regional Nordeste II, Andes-SN) e demais

componentes da regional por motivos de aulas no interior, enfermidades, e outros compromissos diversos.

**Bartolomeu Rodrigues Mendonça (APRUMA):** saúda o encontro, reforça a importância das universidades estaduais, que vêm de um sucateamento que desfinancia e retira recursos das IEES e IMES, com conseqüente queda no quadro docente de efetivos. Fala da Reforma Administrativa que vai atacar diretamente as universidades públicas. Fala da ocupação dos estudantes da UFMA. Hoje seria o dia da reintegração de posse, juiz reverteu e com uma audiência marcada para o dia 26/10. Vitória do movimento estudantil no dia de hoje.

**Sheila Bordalo - Presidente do SINDEDUCAÇÃO:** Professora da rede pública faz uma saudação ao evento e destaca a unidade na luta contra os ataques à educação pública de São Luís e no Maranhão como um todo.

**Urbano Bittencourt (estudantes da UEMA):** aluno do curso de História da UEMA. Saúda o encontro e agradece a SINDUEMA pela luta dos/as professores/as que a quase 60 dias estão em luta pela recomposição salarial, melhores condições de trabalho, valorização da carreira docente e em defesa da educação pública e de qualidade.

**Alexandre Galvão (Andes-SN e Coordenação do setor das IEES e IMES):** apresenta a coordenação do setor no Andes-SN. Faz um breve histórico dos encontros das IEES/IMES lembrando que os encontros eram feitos nos congressos e CONADs de forma bastante fragmentada. O que dificultava a articulação da categoria, bem como a priorização do Sindicato Nacional para a pauta das estaduais. Ressalta a importância da organização do setor, como planos gerais de luta, e que nos levaram as nossas grandes vitórias, principalmente no âmbito do sindicato nacional. Lembrou que a greve da UEMA e da UEMASUL não é uma greve das estaduais do Maranhão, é uma greve do Andes-SN! Cita Francisco Miraglia: *“Para o Andes-SN, o setor das estaduais é mais importante do que as IFES porque aglutina e orienta as lutas de diversas regiões do país, superando a fragmentação do setor”*.

**Raquel Dias (Presidenta em exercício Andes-SN):** também é professora da UECE, saúda todas/es/os em nome do Andes-SN, bem como as diversas seções sindicais que estão participando do evento, e as representações da mesa. Saúda o ingresso da SINDUNDF e

SINDFAMES na base do sindicato nacional. Desta forma, o Andes-SN está ampliando as SSinds. do setor das estaduais e municipais, tendo agora uma seção sindical distrital. Importância de iniciar o encontro com um ato de rua, em momento de greve e mobilização da UEMA e UEMASUL. A forma como nos organizamos é fundamental para a luta do setor, envolvido em lutas no momento do setor das IFES. As lutas que virão contra a PEC 32, que será a destruição do serviço público, afetam diretamente a educação superior.

### **19h – Painel das seções sindicais sobre as perdas salariais e condições de trabalho.**

**Coordenação:** Gilberto Calil (1º VPR Regional Sul, Andes-SN)

**Relatoria:** Annie Schmaltz Hsiou (3ª secretária, Andes-SN) e Gisvaldo Oliveira da Silva (2º tesoureiro, Andes-SN)

**Abertura – Gilberto Calil (Andes-SN):** explica a metodologia, ressalta que as seções sindicais farão as apresentações sequencialmente, com tempo de fala de 10 minutos. Faz a leitura da Circular 315/2023.

**Regional Leste - ADUEMG e UNIMONTES (Cristina):** tentativa de recomposição salarial, perda salarial de 66,4%. Apresentam uma linha do tempo desde 2008. Na UEMG não há recomposição salarial e há as questões dos penduricalhos, o último reajuste foi em 2012. Teve concurso em 2019, mas por conta da pandemia não haverá prorrogação da data de admissão. Neste momento as duas universidades estão em negociação. Orientação dos TCCs não conta como carga horária. Grupo de 20h e 40h (docentes): a pedido, os de 20h podem solicitar avançar para 40h, contudo, o governo barra as solicitações. Dificuldade de diálogo com o governo Zema. Alta taxa de exoneração de docentes. Plano da reitoria de tirar estágios e os TCCs dos 40h, onde os/as docentes de 20h serão só em sala de aula. Sobre o financiamento, desarquivamento do PL 1202/2019 do Regime de recuperação fiscal, levará ao congelamento de salários entre 9 a 12 anos. Na constituição estadual de Minas Gerais, 5% da constituição deve ser repassado para as universidades estaduais. Situação muito séria do ponto de vista salarial e de financiamento. (Anexo 1).

**Regional Leste - SINDFAMES (Fernando) - FAMES:** A Fames é uma autarquia ligada à Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo. Criada em 1954 como Instituto de Música do Espírito Santo e depois passando a denominar-se Escola de Música do Espírito Santo, em 2004 recebe a atual denominação, sendo a primeira instituição de Ensino Superior em Música do Estado do Espírito Santo. No ano de 2022, realizou-se um grande concurso docente na instituição, reestruturando seus quadros a partir da entrada de aproximadamente 40 novos profissionais de diversas regiões do Brasil. Este concurso veio sanar uma situação de sucateamento da instituição, que se mantinha com a maior parte de seu quadro formado por professores em designação temporária, uma vez que o último concurso docente realizado na instituição foi em 1993. As condições salariais e trabalhistas enfrentadas na Instituição rapidamente mobilizaram os novos docentes a se organizarem para lutar por melhores condições. Dessa mobilização, nasceu o SindFames, seção sindical do ANDES-SN. O SindFames foi criado num contexto de lutas e reivindicações por melhores condições de trabalho e valorização salarial de professore(a)s e pesquisadore(a)s do Ensino Superior no Espírito Santo, articulados ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) como espaço institucional democrático e legítimo de resistência política, artística e científica. Nessa perspectiva, um grupo de professores concursados, estimulados pelos(as) companheiros(as) da Adufes e do ANDES-SN fundaram em assembleia, realizada em 29 de junho de 2023, uma sessão sindical de docentes, como mais uma frente de luta por melhores condições de trabalho, valorização do magistério superior, expansão e interiorização da oferta de cursos de graduação e pós-graduação pelo Governo do Espírito Santo, via instituições de ensino superior estaduais públicas. A Fames é uma instituição pública formada por um conjunto de docentes-pesquisadores preocupados com a valorização e crescimento do ensino superior público, gratuito e socialmente referenciado, que reconhece e luta pela ampliação e democratização da oferta de cursos de extensão, graduação e pós-graduação em música na modalidade presencial, atentos ao acesso e permanência de pessoas social, cultural e etnicamente diversas, como: crianças e idosos, pessoas com deficiência, indígenas e afro-brasileiras, pessoas em situação de refúgio, entre outros. Nossa atuação como docentes e pesquisadores(as) de uma instituição de ensino superior pública, estadual e gratuita está orientada pela formação profissional, ética, artística e política, preparando nossos(as)

discentes para atuarem também em espaços públicos de debate sobre a importância da música e das artes de modo geral, como operadoras de mudanças sociais, sobretudo, em situações de vulnerabilidade social e humana, denunciando condições de violência e violação de direitos humanos básicos, através da arte e suas modalidades de expressão e ação. A FAMES é a única instituição de Ensino Superior estadual no Espírito Santo com acesso amplo por meio de vestibular. O Estado possui outras instituições de Pesquisa e Ensino Superior estaduais, mas nenhuma delas oferece cursos de graduação de acesso aberto e amplo nos moldes da FAMES e de outras universidades públicas brasileira. São elas: Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP); Academia da Polícia Militar do Espírito Santo (APM); Academia da Polícia Civil (ACADEPOL); Centro de Ensino e Instrução de Bombeiros (CEIB); Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPi); Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN); e, Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER). Situação salarial - Num contexto de muitas mudanças a serem realizadas, a questão mais urgente que mobilizou a fundação do SindFAMES foi a disparidade salarial da instituição em relação tanto a outras instituições de ensino superior brasileiras, quanto em relação a outros órgãos vinculados ao governo estadual. Na tabela abaixo, é possível observar uma comparação entre os salários dos(as) docentes da FAMES, dos(as) docentes da educação básica e de funcionários(as) técnico-administrativos.

ÓRGÃO	FUNÇÃO	SALÁRIO-BASE	RETRIBUIÇÕES	FUNÇÃO GRATIFICADA
FAMES (40h)	Prof. de práticas e ativ. culturais	R\$ 2.381,46	-	-
	Prof. Auxiliar	R\$ 3.836,81	-	-
	Prof. Assistente (Esp.)	R\$ 4.101,42	-	-
	Prof. Adjunto (Me.)	R\$ 5.292,14	-	-
	Prof. Titular (Dr.)	R\$ 6.879,78	-	-
FAMES (40h)	Analista do executivo (Graduado)	R\$ 6.911,73	-	R\$ 555,40
SEDU (25h)	Prof. Educação Básica	R\$ 2.862,00	Esp. R\$ 3.005,10	Diretor: R\$ 4.134,50 Dedicação Exclusiva: R\$ 3.456,82
			Me. R\$ 3.906,63	
			Dr. R\$ 5.273,96	

As carreiras de Professor de Práticas e Atividades Culturais e Professor Auxiliar são carreiras em extinção, e referem-se aos(às) docentes que entraram na Fames até o concurso de 1993. Esses cargos exigiam, respectivamente, ensino médio e graduação. Os três cargos seguintes referem-se às carreiras previstas a partir da Lei Complementar nº 304/2004, e correspondem aos cargos ocupados pelos(as) novos(as) docentes. O plano de carreira vigente não prevê retribuição por titulação, de modo que os(as) professores(as) recebem apenas o salário-base do cargo para o qual foram aprovados(as), independentemente de terem formação superior. A título de exemplificação, temos professores(as) nas categorias de Assistente e Adjunto que, mesmo sendo doutores(as), continuam recebendo respectivamente como especialistas e mestres(as). A Fames também não dispõe da possibilidade Dedicção Exclusiva, sendo que até mesmo os(as) docentes do ensino básico possuem esse direito. Outro elemento a ser considerado é que as funções gratificadas para docentes, no valor de R\$ 705,26, foram extintas a partir deste ano, de modo que, atualmente, muitos(as) docentes desenvolvem atividades de coordenação e outras funções administrativas sem receber nada a mais. Cabe notar que os(as) funcionários(as) técnico-administrativos da Fames (Analistas do Executivo) permaneceram com a possibilidade de receber função gratificada. Entendemos que os três itens mencionados (retribuição por titulação, dedicação exclusiva e função gratificada) são direitos básicos de qualquer docente do ensino superior. Na comparação entre os salários, as discrepâncias novamente saltam aos olhos. Atualmente, um(a) funcionário(a) técnico-administrativo, apenas com graduação, recebe um salário maior que um(a) docente com doutorado. Um(a) docente do ensino básico recebe, por uma carga horária de 25h, quase o mesmo valor que um(a) docente do ensino superior por uma carga horária de 40h. Numa conta simples, enquanto o valor da hora/aula de um(a) professor(a) do ensino básico com doutorado é de R\$ 210,95, o de um(a) docente do magistério superior da Fames com doutorado é de R\$ 171,99. Se o salário dos(as) docentes da Fames fosse equiparado ao dos(as) docentes da educação básica, um(a) professor(a) com doutorado receberia R\$ 8438,34 por 40h de trabalho. Essa equiparação ainda é desproporcional, considerando-se as atribuições de um(a) professor(a) do magistério superior. As comparações apresentadas dão um panorama dos desafios salariais enfrentados pelos(a) docentes da Fames. O SindFames luta pela valorização de seus(suas) docentes, pois a qualidade da formação de nossos(as) alunos(as) está diretamente vinculada às condições de

trabalho digno desses(as) profissionais. Neste XIX Encontro do Setor das Estaduais e Municipais, esperamos que os(as) companheiros(as) de outras partes do Brasil possam nos apontar caminhos para o enfrentamento dessa situação, a partir de suas experiências de lutas.

**Regional Rio de Janeiro - ADUENF-SESDUENF (Carlos):** Foi realizada eleição para sua Diretoria em abril último passado, sendo apresentada a Chapa única: Gestão União na Luta: Em Defesa da Universidade Pública e das Liberdades Democráticas para o Biênio 2023/2025. Ocorreu também na universidade, agora em setembro, eleição para Reitoria com duas chapas concorrentes, sendo vencedora a chapa do continuísmo na universidade. A atual reitoria vem sistematicamente gerindo a universidade exercendo poder normativo por Portarias unilaterais ignorando o Conselho Universitário, órgão competente para tomar decisões. Situação que afeta a todos da comunidade universitária, em especial os docentes, por exemplo, com promessas de abertura de novos cursos, sem a mínima infraestrutura e sem realização de concursos para o mesmo. Informamos sobre a situação de insalubridade e periculosidade na UENF, que desde o ano de 2012 a universidade não promove licitação de empresa para realização de perícia nos locais de trabalho a fim de implementação de adicional de insalubridade para os servidores que fazem jus a este direito. A ADUENF promoveu ação civil pública para garantir o direito dos docentes e regulamentar a realização de pericias, bem como entrega dos laudos técnicos e regularização de fornecimento dos EPIS, sendo hoje 19/10/2023 como resultado da ação, sentença favorável, sendo acolhidos os pedidos apresentados pela ADUENF. Ainda no âmbito judicial, a ADUENF solicitou uma audiência de mediação perante o Ministério Público do Trabalho, decisão que foi deliberada em Assembleia Extraordinária da Associação para diálogo sobre as condições e ambiente de trabalho na UENF. Após atuação do MP tivemos aprovado no CONSUNI o perfil para vaga de Médico do trabalho e técnico de segurança do trabalho para abertura de concurso. Promovemos também ação civil pública requerendo a implantação das progressões e enquadramentos dos docentes que já foram publicadas no diário oficial, também promovemos ações civis requerendo pagamento do terço de férias dos docentes concedidos entre os períodos letivos e também Férias de 45 dias para os docentes que acumulam atividades de magistério com cargos comissionados e/ou funções gratificadas. Foram enviados ofícios à Reitoria em temas como o direito aos triênios e licença-prêmio, PCV e acesso à informações orçamentárias. Informamos sobre a atuação da ADUENF em parceria com o Dieese ao qual

somos filiados para acompanhamento da execução orçamentária da universidade verificando a falta de transparência de informações e o achatamento do orçamento ano após ano, hoje representando por apenas 5.9% das despesas da SECTI, órgão do governo onde as universidades Estaduais estão subordinadas. Além disto, um novo plano de Cargos e Carreira e vencimentos está em tramitação há dois anos na Casa Civil do Estado sem conclusão. Lutamos diariamente pela democracia interna na universidade e contra assédio principalmente moral instalado na Uenf. Reforçamos a nossa luta pela recomposição salarial negociada com o Governador Cláudio Castro na época da repactuação do Regime de Recuperação Fiscal, que, apesar de ter um Decreto, o governo não cumpriu o pagamento da segunda parcela que corresponde a 6,5% que deveria ter sido pago no primeiro bimestre deste ano e até agora não foi executado. Estamos junto com a Regional na luta pela abertura de uma mesa de negociação e de diálogo com o governo. Sem mais para o momento. Saudações de luta.

**Regional do Rio de Janeiro - ASDUERJ (Renata):** Em 2018, com a Lei 8.267/2018, a ASDUERJ, dirigiu ativamente o movimento docente da Uerj, conquistou o Regime de Trabalho em Tempo Integral com Dedicção Exclusiva (RTTIDE) com remuneração no Vencimento Base, pois a Dedicção Exclusiva, na Uerj, até então, era remunerada como adicional. Entretanto, esse direito foi atacado no final de 2019, por meio de uma Representação de Inconstitucionalidade com requerimento de medida cautelar para a imediata suspensão, impetrada pelo governo da época, Wilson Witzel. O poder judiciário indeferiu a medida cautelar de suspensão imediata, permanecendo vigente a lei da DE. Neste ano de 2023, a lei foi julgada no TJRJ, com ganho de causa dos e das docentes da Uerj. Entretanto, o governador Cláudio Castro, através da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro – PGE/RJ - interpôs, em 15 de setembro, um recurso de Embargos de Declaração contra o Acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. A ASDUERJ, através de sua Assessoria Jurídica, na qualidade de Amicus Curiae, apresentou o que se denomina Contrarrazões aos Embargos. Ou seja, estamos agora em outra fase do processo, continuando na luta, mas permanecemos recebendo a DE no vencimento base. A implementação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) no Estado do Rio de Janeiro veio acompanhado de perdas de direitos de Servidoras e Servidores Públicos, o que inclui docentes da Uerj. Dentre a lista de perdas de direitos, consta: a) Não incidência dos triênios na totalidade do vencimento base. Para docentes

da Uerj, isso significou, à época da aprovação da Lei 8.267/2018, a imposição de não incidência no percentual da Dedicção Exclusiva inserida no vencimento base, enquanto o Regime de Recuperação Fiscal permanecesse em vigor no Estado do Rio de Janeiro. Até o momento, docentes estão com os cálculos dos triênios defasados em relação ao percentual da Dedicção Exclusiva; b) Perda dos triênios para Servidores e Servidoras Públicas do Rio de Janeiro em geral, que ingressaram após 2021, o que inclui docentes. No “pacote de maldades” do Rio de Janeiro, em função do RRF, o PLC 48/21 previa a criação de adicional por tempo de serviço com base na avaliação de desempenho e capacitação, que até agora não foi implementado; c) Concursos públicos atualmente, apenas é possível por vacância; d) Não concessão de reajuste salarial. Manteve-se a possibilidade de recomposição inflacionária anual aos Servidores e Servidoras, inclusive com a promulgação da Lei 9.436/2021, que instituiu recomposição das perdas salariais, tendo como referência a data de 06 de setembro do ano de 2017 até a de 31 de dezembro de 2021, em três parcelas. A primeira parcela foi paga no ano de 2022 (ano eleitoral) e a segunda, que deveria ser paga neste ano, ainda não ocorreu. A alegação é o endividamento do Estado do Rio de Janeiro. Os professores substitutos estão numa situação terrível. Os contratos são precários, não possuem direitos garantidos de licenças (inclusive licença saúde), os salários são da base da carreira docente, professor auxiliar com graduação. Mesmo que o professor substituto tenha doutorado, ele irá receber como professor 20h auxiliar, sem dedicação exclusiva, com um salário de R\$ 1.919,71, para trabalhar 12 horas em sala de aula. Há pouco tempo, nos meses de agosto e setembro, houve atrasos de salários.

**Regional Sul - SINDPROL-ADUEL (Lorena):** Paraná possui 06 SSinds de 07 universidades estaduais. Cada universidade tem sua especificidade na base da UEL e a UEM, quadro de defasagem salarial de 7 anos, até maio de 2023 defasagem de 35%. Luta para que as melhoras no Plano de carreira sejam efetivadas desde abril e maio na defesa, com possibilidade de aumento no piso salarial. Quadro de precarização e de endividamento da situação dos/as docentes do ensino superior. Os contratos temporários alcançam 44,5%, uma queda de 18% no quadro efetivo de docentes. O último concurso foi em 2013. Nem finalizaram a luta da campanha salarial de 2023 e já estão mobilizados para a pauta de 2024.

**Regional Sul - ADUNIOESTE (Vanessa):** O governo negou discutir com os sindicatos o plano de carreira. Reunião desmarcada do dia 18/10, para apresentar a contraproposta, para o dia 24/10 nova reunião com proposta do governo. Pauta de assédio moral, adoecimento mental e sobrecarga de trabalho que atravessam a qualidade do trabalho docente. Na UNIOESTE única universidade sem concurso dos últimos anos. Alguns cursos são privilegiados com vagas de docentes efetivos (e.g., Medicina).

**Regional Sul - SINDUNESPAR (Osmar):** situação das universidades do Paraná em relação às perdas salariais, todas as universidades receberam recomposição de 5,79% de recomposição salarial (defasagem de 42%), com greve de 40 dias, única categoria que fez greve no estado. Governo implementou mudanças nos planos de carreiras em detrimento em outras carreiras que não tiveram plano, assim o governo dividiu os servidores públicos, dificultando a luta unificada pela recomposição salarial. Embora algumas categorias tenham obtido a recomposição salarial. Condições de trabalho: 500 professores efetivos, 432 professores temporários, 50% de professores temporários. O Governo apresentou um PL que legalizou o processo de professores temporários, inclusive cerceando abertura de concursos públicos. Andes-SN entrou com uma ADIN contra esse PL.

**Regional Sul - SESDUEM (Edmilson):** Estamos participando do Comando Estadual de Greve pois estamos em estado de greve. Sobre o Plano de Carreira foi construída uma contraproposta do governo as alterações do Plano de Carreira: Aguardamos uma reunião do governador com os reitores(as), que era para ter acontecido no dia 18/10/2023 mais foi remarcada para o dia 24/10/2023. O Comando Estadual de Greve enviou ao governo do estado um Ofício solicitando participação nessa reunião. Mesmo sem confirmação da participação, esse Comando estará em Curitiba para poder participar dessa reunião, caso não sejamos autorizados(as) a participar dessa reunião, estará lá para acompanhar os detalhes dessa contraposta e apresentar possíveis questionamentos e ou contribuições além de verificar como se dará a tramitação dessa contraproposta na ALEP e projeções de sua implantação. A Seduc organizou atividades para debater o acirramento da precarização das(os) professoras(es) Temporárias(os) que foi materializada pela discussão e aprovação de um aumento significativo na carga horária desses colegas de profissão. Com a aprovação de mais esse ataque, a Seduc entrou com um Pedido

de Reconsideração dessa decisão que pode levar essas(es) professoras(es) a ministrarem mais de 20 horas aulas semanalmente, levando a um impedimento para que esses não consigam mais participar de Pesquisas, Orientações, Extensões e outras atividades importante para a universidade e construção de seus currículos que pode ajudar na aprovação de concurso público. Importante salientar por fim, a importância do fortalecimento do CSD-Comando Sindical Docente onde participam dirigentes das 6 (seis) seções sindicais que representam as 7 (sete) IEES paranaenses.

**Regional São Paulo - Fórum das Seis + Adusp (Michele):** A Adusp, juntamente com Adunesp e Adunicamp, faz parte do Fórum das Seis. O Fórum constrói uma Pauta Unificada anualmente que é entregue no mês de abril para que as negociações ocorram em maio, já que a data-base é 1º de maio. As negociações ocorrem com o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) desde 1989, quando foi publicado o decreto estadual que ficou conhecido como “Decreto da Autonomia”. Com o fim dos efeitos da LC173 em dezembro de 2021, lei que possibilitou o congelamento de salários e da contagem de tempo por causa da pandemia, o Fórum das Seis, ainda em 2021, realizou várias reuniões com a equipe técnica do Cruesp para que tivéssemos recomposição salarial já em janeiro de 2022 que, naquele momento, já somava a perda de 40,75% em relação à 2012. Em reunião realizada em fevereiro de 2022, o Cruesp anunciou reajuste de 20,67%. Embora o índice apresentado tenha considerado a proposta apresentada pelo Fórum de 20% a partir de janeiro, o reajuste foi aplicado a partir de março de 2022. Mantivemos a rotina de protocolar a Pauta Unificada em abril, mas não conseguimos avançar nas negociações dos outros itens da pauta, inclusive o estabelecimento de um plano de recomposição. No entanto, conseguimos manter a rotina das reuniões técnicas em 2022 e, em maio de 2023, conseguimos reajuste de 10,51%, avançando um pouco mais na recomposição das perdas e, atualmente, as perdas são de pouco mais de 14%, o que corresponde a 19 salários. Mesmo sem mobilização, conseguimos recuperar parte das perdas a partir da pressão exercida pelo GT Verbas da Adusp junto ao corpo técnico do Cruesp, demonstrando que as estaduais paulistas estavam com baixo comprometimento com folha de pagamento. Quanto às condições de trabalho, estudantes da USP estão em greve por causa de contratação docente e permanência estudantil. Acompanhamos as questões de saúde mental, especialmente depois da pandemia e do assédio institucional. Sobre a carreira, lutamos

pela valorização salarial dos níveis iniciais da carreira, principalmente, por causa dos efeitos das reformas da previdência, especialmente a de 2003, que criou uma espécie de subcategorização dos docentes. A contratação de docentes temporária(o)s foi utilizada indiscriminadamente até dezembro de 2021, quando o TCE-SP anunciou que passaria a fiscalizar junto com as contas dos órgãos públicos. Reduziram a contratação temporária, mas avançaram na precarização criando medidas para que pessoas em estágio de pós-doutoramento deem aulas, como na Unicamp. (Anexo 2).

**Regional Nordeste III - Fórum das ADs das Universidades Estaduais da Bahia: CAMPANHA SALARIAL** - O Fórum das ADS reivindica um plano de recuperação salarial diante das perdas dos últimos oito anos, que chega a quase 40% de perdas inflacionárias de acordo ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) mesmo com o reajuste ocorrido no primeiro semestre deste ano. Também propõe que seja firmado o compromisso de retomar a política de reajuste anual da inflação que era aplicado durante a gestão do governador Jaques Wagner (PT) e foi suspensa durante a gestão de Rui Costa (PT). Apesar do movimento docente já ter apresentado dados e propostas, a posição do governo é de não se comprometer com o assunto. REAJUSTE - Em maio de 2023, a categoria recebeu um reajuste de apenas 4% no salário junto com todo funcionalismo público baiano, com valor retroativo ao mês de março. Houve também um acréscimo de 2,53% para as carreiras do Ensino Superior Público, somando um reajuste de 6,63% para docentes, analistas e técnicos da UNEB, UESB, UEFS e UESC. INSALUBRIDADE - O governo do Estado continua impedindo que docentes tenham direito ao adicional de insalubridade mesmo trabalhando em condições insalubres. Em reunião o MD foi informado que o texto de um novo decreto para normatizar a análise dos adicionais de periculosidade e insalubridade foi concluído pelo governo e com expectativa de publicação no mês de outubro, o que ainda não ocorreu Segundo o representante do governo, as normas reguladoras abrangerão todas as categorias do funcionalismo público, a exceção dos profissionais da segurança pública. Ainda de acordo com o representante da SAEB, os processos passarão por nova análise e seguirão o novo decreto a partir de critérios técnicos construídos por médicos e engenheiros do trabalho. O movimento docente apresenta preocupações sobre o tema principalmente por não deixar claro como funcionarão os critérios diante da diversidade das categorias do serviço público baiano, cerca

270 mil trabalhadores (as). Os (as) professores (as) alertaram que, no caso dos (as) docentes, a pauta “não parte do zero” e que não se trata apenas de uma discussão técnica, mas também política. Há um histórico de retirada de direitos também na pauta da insalubridade de forma aleatória com casos, por exemplo, de docentes que tinham o direito antes licença-prêmio e ao retornarem da licença não tiveram restabelecido o adicional que fazia jus. Ou mesmo docentes que atuam no mesmo laboratório exposto a substâncias de risco, onde um (as) professor (a) tem o direito e outro (a) não. O Fórum reafirma que este debate não pode estar restrito à normativas técnicas, uma vez que a dimensão do fazer acadêmico não será absorvido sob esta perspectiva, e segue reivindicando o restabelecimento da insalubridade para aqueles e aquelas que têm direito. Histórico completo de tentativa de negociação das Associações Docentes com o governo durante a gestão de Jerônimo Rodrigues (PT): 26/09/22 – Envio de Carta para Candidatos ao Governo do Estado com reivindicações do Movimento Docente; 11/10/22 – Resposta do candidato Jerônimo Rodrigues se comprometendo em resolver itens da pauta; 01/12/22 – Pauta 2023 protocolada para a Equipe de Transição do governo; 11/01/23 – Novo protocolo da Pauta para o governo empossado e solicitação de reunião com o novo governo; 23/01/23 – 1ª Reunião com representantes do Governo; 21/03/23 – Reunião do Fórum das ADs e ANDES-SN com representante da SERIN, Luiz Caetano; 18/04/23 – Protocolo de documentos com solicitação reunião de negociação pela terceira vez; 28/04/23 – Reunião do movimento docente com a SAEB e SERIN; 30/06/23 – Novo protocolo de pauta na SEC, SERIN e SAEB reiterando a necessidade da negociação sobre as urgências da pauta; 20/07/23 – 2ª Reunião com representantes do Governo; 24/08/23 – Reunião desmarcada; 05/09/23 – Reunião desmarcada; 26/09/23 – 3ª Reunião com representantes do Governo. GREVE ESTUDANTIL: No dia 06 de outubro de 2023, em Assembleia Geral dos Estudantes (AGE), o Movimento Discente da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) declarou greve estudantil. A mobilização que teve início com o fechamento do pórtico no dia 03 de outubro, com a presença de alguns cursos, alcançou um momento histórico ao reunir 1790 estudantes para discutir os rumos do movimento e decidiu pela paralisação das aulas, de forma democrática, através de votação. Na quinta-feira (05) um Conselho de Entidades de Base (CEB), que organizou a AGE, já tinha contado com a participação de todas as entidades estudantis. Na pauta de reivindicações das (os) estudantes: 1. Reposição por convocação e

concurso de todo quadro efetivo de docentes; 2. Reformulação e reajuste imediato do "Mais Futuro"; 3. Ampliação da permanência estudantil, através do 1% da RLI; 4. Recomposição e ampliação do orçamento universitário para 7% da Receita Líquida de Impostos (RLI). (Foi apresentado um vídeo que sistematizou o histórico de lutas dos/as docentes da Bahia).

**Regional Nordeste II - ADUEPB (Elisabete Vale):** em relação às perdas salariais, tomando em comparação 2019 a 2023, as perdas se acumulam em cerca de 14%. Lei estipula que 3% da receita corrente líquida do estado deve ser repassado para a UEPB, porém houve queda no repasse, em torno de 2%. O que governo enviou para LOA, só dá pra pagar a folha, o que implica insuficiência orçamentária na universidade, que não consegue pagar custeio. Regularização do PCCR, em luta com outros sindicatos, e o governo assinalou uma audiência para a próxima segunda-feira, dia 23/10 - pelo menos pagar alguma coisa. Em 2022 tiveram 50 vagas para concursos. Este ano foram cortadas 60 vagas por causa da LOA.

**Regional Nordeste II - ADUERN (Flávia):** UERN é a única universidade estadual do Rio Grande do Norte, 05 campi no interior. Contextualização histórica: 4 meses sem salários em consequência da greve da UERN, em 2014, com forte apoio do Andes-SN. Conseguiram a autonomia financeira através do governo do estado, não possuem lista tríplice, aprovação dos planos de cargos e salários, infelizmente os professores aposentados/as ficaram de fora (no caso no tempo de titulação, com déficit de mais R\$ 1000,00). Muitos cargos comissionados para professores da UERN, gerando um impacto salarial e favorecendo uma parcela da universidade, enquanto a defasagem salarial chega a mais de 98%.

**Regional Nordeste I - ADCESP (Lucineide):** desafios e lutas em 2023. Levaram as pautas para o governo com foco salarial, e com uma pauta estendida (autonomia, condições de trabalho). Governo do PT está há 20 anos a frente do Estado. Não há uma postura de valorização da educação e universidade pública e dos serviços públicos. Atualmente perdas 68,64%, acumuladas nos últimos 10 anos. Reunião com o governo em julho de 2022, em seguida não houve mais reunião. Universidade multi-campia. Indicativo de greve aprovado, próximo dia 26/10 assembleia geral, expectativa de não iniciar o próximo semestre em janeiro. Cerca de 300 disciplinas sem professores. A maior parte das 85 vagas docentes foram para a carga horária de 20h com salário R\$1904,00!

**Regional Nordeste I – SINDUECE e Fórum das Estaduais do Ceará (Nilson):** "Dossiê reposição já", com a participação do Fórum das Três (SSinds.). Rearticulação das mesas de negociação permanentes. Pautas: 1. PPCV; 2. Concursos; 3. Infraestrutura. Plano de lutas: recomposição salarial, 33,3% de perdas. Muita propaganda na campanha de recomposição salarial. "Dossiê dos concursos, e carreira docente na UECE". ([Anexo 3](#)).

**Regional Pantanal - ADUNEMAT (Domingos):** Solidariedade à greve da UEMA e UEMASUL; PCCS fruto da luta, três classes e dez níveis em cada classe; professores com 20h, 40h semanais com DE; Eleição direta para reitor com eleição paritária; Conselhos sem nenhuma interferência interna; Todo ano tem que batalhar pelo orçamento da universidade; Cerca de 40% do quadro de professores é substituto; Seção sindical está fazendo giro nos campi para debater a pauta salarial com a categoria ([Anexo 4](#)).

**Regional Pantanal - ADUEMS - (Luciana):** Situação confortável, mas tem situações comuns com as demais IEES. Tem uma situação razoável em termos de assistência estudantil, com bolsas diversas. Perda salarial de 63,08% acumulada de 2015 a 2022. Estão tentando corrigir distorções salariais entre os níveis da carreira. Desafio de barrar o avanço da EAD ([Anexo 5](#)).

**Regional Pantanal - APUG (Paulo Henrique):** realidade dramática, única universidade pública e municipal no Andes-SN, há 35 anos filiada. Perda salarial de 28% de defasagem, em 2022 conseguiram 5% e as perdas atuais estão em torno 23%. Conquista de plano de carreira em 2018, mas vem sendo desrespeitado: docente em estágio probatório (recebe como se fosse graduado); referencial de teto do/a prefeita/o 16 mil reais; tentativa de retirada da DE, "editais para DE". Conquistas como progressão e direitos aos retroativos; implementação em 2023 mas ainda na luta para pagar os retroativos. Muitos professores sendo contratados como "preceptores", diminuição sistemática de alunos devido ao EAD.

**Regional Pantanal - SINDUnDF (Kissila):** Universidade criada em 2021 com início de oferta de vagas em 2/2023. Houve concurso em 2022/2023 para 350 vagas imediatas de diferentes áreas. Primeira nomeação em 1o de junho de 2023 de 80 vagas e, posteriormente, de mais 20 vagas para recomposição dos ausentes e dos pedidos de exoneração. Atualmente, há 69 professores. Hoje, conta com 9 cursos e previsão de incorporação da Escola de Ciências da

Saúde (ESCS) e demais escolas de ensino superior isoladas já existentes no DF, que funcionam com servidores de outras secretarias cedidos atuando como professores. Atualmente, tem uma reitoria pro-tempore indicada pelo governador com mandato máximo de 4 anos. Todos os demais cargos administrativos (pró reitorias, diretores, coordenadores de centros etc.) são nomeados pela reitoria. Estatuto prevê eleição de reitoria via Conselho Universitário por lista tríplice. No entanto, não houve ainda instauração de nenhum Conselho, sendo esta a principal pauta do sindicato recém-criado, que tem articulado deputados distritais e Ministério Público. Além disso, na atual configuração dos conselhos pelo estatuto, os docentes têm um número mínimo de cadeiras, contrariando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Há ainda a demanda imediata pela liberdade de cátedra, visto que um conjunto de disciplinas (chamadas de Núcleo Universal) têm material didático pronto e fechado e prevê utilização de única metodologia (aprendizagem baseada em problema). Lei de criação da carreira de Magistério Superior: Lei 6969, de 8 de novembro de 2021. Cria as funções de professor e tutor (20 e 40 horas) do ensino superior. Não há regime de Dedicção Exclusiva. Progressão de carreira se dá somente por formação e padrão (ano). Logo, quem entra com doutorado, já está no máximo possível de progressão horizontal. Tabela de vencimentos: [https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/1824c2ada55d4c98bb6d223f2ffdb097/Lei\\_6969\\_2021.html](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/1824c2ada55d4c98bb6d223f2ffdb097/Lei_6969_2021.html) ; Há uma Gratificação do Magistério Superior (GMS) de 30% não incorporada ao vencimento e auxílio alimentação. Além de descontos do INSS, há previdência estadual (12-14%). Ao fim, a título de exemplo, um(a) professor(a) com doutorado e 40 horas tem o salário líquido de aproximadamente R\$ 6.100,00.

**Regional Norte II - SINDUEPA (Zaira):** 1. SOBRE ORÇAMENTO: A SINDUEPA tem apresentado a pauta pela revitalização e maior investimento na UEPA com recursos financeiros ao ORÇAMENTO para CUSTEIO e CAPITAL nunca menor que R\$ 150.000.000,00 para atendimento às demandas da interiorização e capital. Para 2023 pautou-se a necessidade de garantir suplementação orçamentária no valor estipulado acima a fim de que as atividades de ensino-pesquisa-extensão possam, de fato, ser efetivadas com o mínimo de qualidade. Considerando a inflação do período 2011 a 2021 (IPCA), a UEPA reduziu as despesas de Custeio de R\$ 99,2 milhões para R\$ 66,6 milhões, assim como as despesas de Capital que regrediu de R\$ 21,6 milhões para R\$ 8,9 milhões. Além desse quadro, o ano de 2021 foi de

aprofundamento dos cortes, com impacto, também, em pessoal, que reduziu de R\$ 257,7 para 241,9 milhões, de 2020 para 2021, uma redução de 6,1% e os recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022, reduziram as despesas de Custeio em 3,5% e as despesas de Capital em 13,0%. Para fazer frente a essa realidade de insegurança com o financiamento da UEPA, é necessário ampliar os recursos constitucionalmente subvinculados à educação de 25% para 27% e garantir o repasse para a universidade por meio de duodécimos, a fim de que seja cumprida a previsão constitucional da Autonomia de Gestão Financeira e Patrimonial. Até a presente data não há sinalização do governo estadual do MDB de avançar nessa pauta; **2. SOBRE SALÁRIO E REMUNERAÇÃO:** Reivindica-se o Reajuste salarial de 49,3%: Desde 2006, quando foi aprovado o PCCS da UEPA, os salários foram reajustados apenas 6 vezes, de modo que, acumulam-se perdas históricas para a categoria docente. Os últimos dois reajustes estiveram vinculados à inflação do ano anterior, referentes a inflação de 2017 e 2021, com reajustes, em 2018 e 2022, de 3,0% e 10,5%, respectivamente. Pesa ainda, nos últimos 4 anos, a ausência de qualquer reajuste em 3 anos, acumulando inflação de 26,9% (IPCA). Portanto, é necessário a atualização do valor do vencimento básico para docentes em início de carreira em regime de tempo integral (40h), conforme o atual Plano de Carreira. A recomposição salarial deverá ser estendida a todos os docentes ativos e inativos (aposentados) da UEPA. O governo estadual de Hélder Barbalho quebrou o acordo feito na greve de 2012 o qual estipulava como o mínimo salarial para as categorias docentes do estado do Pará o Piso Salarial Nacional do Magistério da Educação Básica. Dessa forma, atualmente o Professor Auxiliar (da Classe I, Nível 1) atualmente está com salário aproximadamente 50% menor que o professores da Educação Básica. Neste sentido, apresentamos ao governo que seja recuperado o acordo feito entre Sinduepa e Governo em 2012 sobre o reajuste do nosso salário em que o salário do Professor (a) Auxiliar I seria 0,5% a mais que o valor do piso da educação básica. De imediato solicitamos 25% de reajuste e propomos a recuperação progressiva das perdas salariais históricas. Até o momento não há avanços para atendimento da pauta. **3) SOBRE REGIME DE TRABALHO:** Continuamos na luta pela Valorização da Dedicção Exclusiva com o objetivo de potencializar o desenvolvimento da pesquisa e dos programas de pós-graduação na UEPA. Conforme dados da Diretoria de Pessoas da Uepa, em 2023 o total de docentes que pertencem ao Regime de Trabalho em Tempo Integral com Dedicção Exclusiva chegou a soma de 301

docentes, o que equivale a 23,7% do total de 1.269 docentes efetivos, o que representa que 76,3 % dos docentes efetivos da UEPA não atuam exclusivamente na instituição, destinando tempo em outros vínculos empregatícios o que fragiliza o desenvolvimento, com qualidade, da pesquisa e da pós-graduação, além de contribuir para a intensificação do trabalho docente. Além disso, é necessário considerar que a Dedicção Exclusiva é regime de trabalho, não sendo, portanto, cabíveis avaliações que visem a retirada do Regime de Dedicção Exclusiva dos docentes que ingressaram neste regime por meio de concurso interno. Por isso, reivindica-se a revogação da Resolução no 3677/21 do CONSUN/UEPA a qual impõe avaliação meritocrática para acesso e permanência no Regime de DE. Reafirmamos nossa defesa do TIDE universal conforme aprovamos em assembleia geral em que discutimos e aprovamos PCCR que foi encaminhado ao CONSUN. **4) CONQUISTAS RECENTES:** Ampliação em 2022 do número de cargos docentes no PCCS o que permitiu a Progressão vertical de mais de 300 docentes da Uepa e a realização neste ano de 2023 do Concurso Público; - Aprovação junto a gestão dos processos democráticos de remoção docente por meio de resolução interna do CONSUN. **5) DESAFIOS POSTOS:** Melhores condições de trabalho (rever portaria de lotação, Resolução de liberação de estudos, infra estrutura para trabalho com ensino-pesquisa-extensão); Debater amplamente a atual proposta do Governo Estadual de divisão da Uepa, criando mais duas universidades Estaduais. Analisar impactos e avaliar as condições estruturais, de ordem financeira, didático-pedagógica para a efetivação dessa proposta. Definir uma posição da categoria acerca do projeto do Governo de divisão da UEPA.

**Regional Nordeste I - SINDUEMA (Coelho):** No último encontro em Feira de Santana, a seção sindical foi provocada a trazer o Encontro para São Luís. Criação da SINDUEMA em 2019, apenas em 2020 a regularização na base do Andes-SN. Comparação dos índices salariais do Maranhão com o Fórum das ADs da Bahia. Com algumas diferenças sobre as 40h e incorporação da DE, é semelhante. 43% do quadro de docentes da UEMA e UEMASUL são de professores temporários. Pauta emergencial: Concursos e nomeação, a não autonomia da universidade: entre o concurso e nomeação demora 5 a 6 anos! Atualmente a recomposição salarial ultrapassa 50% de reivindicação, marco histórico a partir de 2012. 70 categorias do serviço público estadual maranhense com perdas entre 40% a 56%. Protocolaram as demandas desde abril de 2023 junto ao governo e no dia 24 de agosto deflagraram a greve! Não há

nenhuma justificativa orçamentária para não ter a reposição salarial de 50%, e sim uma questão política que atassem os docentes não chegaria a nem 1% do orçamento estadual.

**Fechamento - Gilberto Calil (Andes-SN):** Informou que 24 seções sindicais apresentaram informes.

**21h - Coquetel e cultural: Tambor de Crioula “Brilho de São Benedito”.**

**Sábado – 21/10**

**9h – Mesa – Apresentação dos resultados parciais da pesquisa sobre o financiamento das IEE/IMES.**

**Coordenação:** Flávia Spinelli Braga (1ª VPR Regional Nordeste 2, Andes-SN)

**Relatoria:** Renata Gama (2ª VPR Regional Rio de Janeiro, Andes-SN)

**Composição da mesa:** Edmilson Aparecido da Silva (SESDUEM), Luiz Henrique dos Santos Blume (ADUSC)

**Abertura - Flávia (Andes-SN):** saudou o encontro, expressou a importância da pesquisa e explicou como será os trabalhos da mesa, introduzindo o assunto.

**Luiz Henrique Blume (ADUSC):** Resgata as resoluções dos congressos sobre a pesquisa, apresentando em termos gerais o que se trata a pesquisa e os dados preliminares. Menciona a oficina sobre o financiamento que houve em Feira de Santana e a importância do GT Verbas atuar conjuntamente na continuidade a pesquisa. Mencionou que as seções sindicais agora terão os dados brutos da pesquisa.

**Edmilson da Silva (SESDUEM):** apresentou os dados, quais tipos, as dificuldades de coletas de dados e como se compõe o banco de dados da pesquisa. Incluindo as despesas autorizadas e realizadas, despesas com pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes, investimentos e total de despesas. Apresentou a tabela produzida pela coordenação anterior do setor, pegando como exemplo o Estado da Bahia. Ressaltou a importância de as pesquisas serem continuadas pelas seções sindicais, por meio de projetos de pesquisas e do GT Verbas. Que haja essa iniciativa das Seções Sindicais.

**Flávia (Andes-SN):** Contextualizando as falas anteriores dos dois palestrantes e focando na importância desses dados para luta e do debate político. Como que leis são usadas para nos retirar direitos e a relevância de conhecermos os dados de financiamento, orçamento das receitas. Ressaltou a temática da transparência, que alguns dados estão desatualizados nos portais de transparências e outros são de difícil acesso. O que deve ser debatido politicamente e denunciado. Indicou que o banco de dados estará a serviço das seções sindicais (Anexo 6).

Em seguida, iniciou-se um debate com sugestões e propostas acerca das informações prestadas sobre a pesquisa. Dentre as propostas apresentadas estão a necessidade de continuar com a pesquisa e aprovar sua continuidade no congresso de Fortaleza. A possibilidade de se realizar oficinas com os bolsistas com as SSind/fóruns ou regionais. Necessidade de que se trabalhe junto com os GTs, em especial o GT verbas. Incluir na pesquisa a separação dos valores do governo federal, que o Estado inclui como se fosse investimento dele. Importância da pesquisa, para mostrar como os governos usam dados financeiros e técnicos como argumento para não concessão dos investimentos na educação. SINDUEMA fez estudos sobre o índice de recomposição salarial reivindicado na greve, e descobriu-se que significa menos de 2% do orçamento. Embora exista diferenças entre as estaduais, também há muitas semelhanças e isso foi ressaltado no painel do dia anterior. O enfrentamento também se faz com dados e com pesquisa. Necessidade aparecer a questão da renúncia fiscal dos estados e a fonte orçamentária, em especial, Estados que possuem mineradoras. Saber como foi a evolução dessas renúncias fiscais. Importante dominar os dados, projetar esses dados no tempo e politizar. Importância desses dados até para municiar de argumentos nas mesas de negociação. Debate da disputa do orçamento público e o controle social. Os dados são importantes para o controle social, mas é necessário ter meios para incidir nisso, interferir no plano estratégicos dos governos. Pesquisa instrumentaliza para mesa de negociação, para campanha. Necessidade de se apropriar sobre as questões de subvinculação. Ressaltou-se a dificuldade de obter dados pelo TCE, porque são indicados pelos governos e as impropriedades administrativas que estão ocorrendo. O governo não tem apresentado os dados, eles apresentam no geral, que não tem dinheiro. Importância de se apropriar dos dados. Como transformar os dados de pesquisa em luta completa. Esse material precisa se reverter em processos de mobilização. Em forma de cards, pequenos vídeos etc.

Importância de se levantar de onde vem o recurso, qual é a fonte. Está sendo incluso em despesa de pessoal o pagamento dos terceirizados.

**10h30 – Mesa - Arcabouço fiscal, dívidas dos estados, renúncia fiscal e financiamento das IEES-IMES.**

**Composição da mesa:** Raquel Dias (Presidenta em exercício do Andes-SN), Rodrigo Ávila (Auditoria Cidadã da Dívida), Renata Gama (2ª VPR Regional Rio de Janeiro, Andes-SN).

**Coordenação:** Renata Gama (2ª VPR Regional Rio de Janeiro, Andes-SN)

**Relatoria:** Annie Schmaltz Hsiou (3ª secretária, Andes-SN)

**Abertura – Renata (Andes-SN):** abre a mesa contextualizando o propósito da mesa e imediatamente passa a palavra para o primeiro convidado.

**Rodrigo Ávila (Auditoria Cidadã da Dívida Pública):** Saúda o Andes-SN, grande apoiador da Auditoria Cidadã da Dívida Pública. Contexto: relação de poder entre as classes dominantes e trabalhadores, e o que tem a ver a dívida pública com as IEES/IMES? Qual a grande pegadinha da dívida pública? Subtração de recursos públicos, direcionados principalmente para bancos e grandes investidores. Em 2022, 46,30% do orçamento federal foi utilizado para o pagamento de juros e amortizações da dívida, R\$ 1,879 Trilhão!!! Menos de 1/4 vai para a educação. Carga de transferência tributária no Brasil estadual 25% e municipal 7%. Dívida dos estados com a União, desde 1997, que se inicia com 125 bilhões com origens obscuras, sem saber a origem. Jamais foi realizada uma auditoria com participação da sociedade. De 1997 a 2019 os estados pagaram R\$ 357 bilhões à União, representando o triplo do saldo inicial do refinanciamento. Imposição do regime de recuperação fiscal: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais. Regime de Recuperação Fiscal RRF): possibilidade de suspensão do pagamento da dívida, desde que a Unidade da federação adote reformas institucionais. Principal instrumento de renúncia fiscal: a Lei Kandir (LC 87/1996. EC 42/2003), isenção de ICMS dos itens primários e semielaborados, com o censo da União de que ressarcirá tais perdas (porém, apenas uma pequena parte foi ressarcida) e os principais beneficiados: mineradoras e agronegócio de exportação. Reforma tributária (PEC 45/2019) - não incidirá nas exportações -

a proposta não resolve o problema. Dizem que as tributações serão progressivas, mas não tem regulamentação! Novo Arcabouço Fiscal (LC 200/2023) é um novo teto dos gastos sociais: aumento real anual de no máximo de 2,5% para o conjunto dos investimentos sociais. (Anexo 7).

**Raquel Dias (Andes-SN):** Nós temos mais de uma dívida, temos um sistema de dívida. A União é a agiota dos estados, mas por que será? E obrigada os estados a fazerem um ajuste fiscal, através de um “regime de recuperação fiscal”, e que atacam os serviços e os servidores públicos. Contexto de crise do capital, os governos acabam por prejudicar o conjunto da classe trabalhadora, ao invés de enfrentar a crise econômica. Não é verdade que a política de ajustes fiscais serve para enfrentar as crises. Impactam de maneira negativa nas políticas sociais. Governos aplicaram os ajustes desde a década de 90, mais intensificado no golpe de 2016. Transferência para o mercado de atividades que eram do Estado com caráter público. Conjunto de privatizações das principais estatais do país, reformas das previdências, criação de parceria público privadas, diminuição do quadro de servidores/as públicos, ainda na década de 90. Governos Lula e Dilma, manutenção das políticas de superávit primário, mantendo uma política de diminuição do papel do Estado, etc., mas o golpe de 2016 se intensifica: contrarreforma trabalhista, Teto dos gastos, nova reforma administrativa, cortes orçamentários. No ex-governo Bolsonaro, se aprofunda os cortes orçamentários, que ideologicamente apontam para uma ineficiência dos serviços público, incluindo as universidades (docentes, estudantes). Criminalização dos/as docentes (escola sem partido), movimento anticidência, negacionista. Ataques a direitos, como a PEC 32, engavetada em 2021 depois de muita luta das categorias de diversas entidades do setor público, e desengaveta agora, em 2023, que impactará diretamente nos serviços e servidores públicos. Criação de um GT para elaborar um documento paralelo à PEC 32 e que não terá a participação das entidades sindicais (mesas e negociação em maio de 2023). Aprovação do Arcabouço Fiscal (novo teto dos gastos): despesas públicas continuam tendo o mesmo valor do ano anterior, corrigidas pelo IPCA, com pequena variação de 0,6% a 2,5% que não passará de 25 bilhões de reais. O Andes-SN neste sentido tem lutado contra todas as reformas de austeridade fiscal perpetrados pelos governos.

Em seguida, foi feito um debate no qual foram feitas algumas observações sobre o tema da mesa e exposições. Foi destacado a necessidade de se levar para o congresso do Andes-SN um TR contra os regimes de recuperação fiscal nos estados que impactam o orçamento estadual e repasse para as universidades. O RRF no RJ, traduz um momento muito crítico politicamente e socialmente, que desde 2017 aderiu ao RRF, que na verdade é uma lei de implosão fiscal. Ressaltou-se os males da lei de responsabilidade fiscal, uma lei contra o povo, que favorece em especial o capital bancário. O governo Zema autorizou o aumento de 300% do seu salário e argumentou que o aumento salarial não poderia ser aplicado aos servidores, por causa da lei de responsabilidade fiscal! Aprovada uma Greve geral dos servidores/as estaduais no dia 07/11 contra os ataques aos serviços públicos pelo governo Zema. Plano de regime de recuperação fiscal sendo apresentado agora em 2023. A lei de responsabilidade fiscal indica a intensificação dos regimes de austeridade fiscal. A lei de responsabilidade fiscal e arcabouço fiscal são medidas contra a classe trabalhadora e corte das medidas sociais, com forte viés racial e com impacto na maioria da população brasileira (e.g., os cortes do SUS). Ainda estamos em uma quadra de retrocessos, mesmo tendo derrotado Bolsonaro nas urnas, mas ainda sem perspectivas de vitórias da classe trabalhadora e apostamos na força da classe para derrotar a PEC 32 e o Andes-SN é uma das entidades que compõem o processo de luta contra-hegemônico.

**Fechamento – Rodrigo (Auditoria Cidadã da Dívida):** regime de agiotagem pelo governo federal aos estados (RRF), e assim, impor medidas regressivas nos estados. LRF (lei de responsabilidade fiscal): manipulação das palavras, cortar os gastos sociais, fazer superávit primário (tirar dinheiro das áreas sociais repassado aos banqueiros), com inúmeras regras que moralizam a lei. O novo Arcabouço Fiscal não tem teto nenhum para a Dívida Pública, lei do FMI imposta. Mobilização na Assembleia Legislativa de Minas Gerais sobre as medidas de austeridades fiscais, como a RRF, nos dias 25 e 26/10. Medidas de securitização - dívida sem transparência com taxas de juros muito maiores, onde o tributo vai direto para a empresa, e não para o governo. Fazemos 03 postagens por dia! Acompanhem as nossas mídias sociais e também estamos disponíveis via e-mail etc., para auxiliar em dúvidas e esclarecimentos.

**12h30 - Almoço**

## **14h – Mesa – Autonomia, Financiamento e Direitos**

**Composição da mesa:** Gisvaldo Oliveira da Silva (2º Tesoureiro, Andes-SN); Gilberto Calil (1º VPR Regional Sul, Andes-SN), Michele Schultz (1ª VPR Regional São Paulo, Andes-SN/Fórum das Seis), Elson Moura (Coordenador do Fórum das ADs Bahia), Renata Gama (2ª VPR Regional Rio de Janeiro, Andes-SN), José Helber Tavares (ADUEPB).

**Coordenação:** Saber como foi a evolução dessas renúncias fiscais.

**Relatoria:** Alexandre Galvão (2º secretário, Andes-SN)

**Abertura -** Saber como foi a evolução dessas renúncias fiscais. **(Andes-SN):** Faz a abertura de mesa e imediatamente para a palavra à primeira convidada para sua explanação.

**Michele Schultz (ADUSP e Fórum das seis):** “Já de início e considerando as falas que me antecederam, gostaria de dizer que buscarei tratar de autonomias, no plural, para que possamos refletir o processo de construção da autonomia universitária e para avaliarmos se, de fato, conseguimos alcançá-la na forma que a entendemos, ou melhor, a pretendemos. Antes de falar das autonomias, gostaria de brevemente resgatar alguns elementos históricos da autonomia. A autonomia universitária foi definida inicialmente no Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931, no governo de Getúlio Vargas. Dando um salto para 1968, na Reforma da Educação Superior ou Reforma Universitária, podemos destacar que a autonomia universitária definida nesses instrumentos é uma autonomia tutelada, com intervenção do Estado e que já permitia aproximação com setores privados. As colegas Iracema Lima e Leila Mororó, da UESB, trazem num artigo publicado em 2020, cujo título é “Da Autonomia à Heteronomia Universitária: Diretrizes para um Novo Ordenamento da Educação Superior”, um levantamento histórico importante, inclusive o resgate do Seminário Nacional da Reforma Universitária, realizado pela UNE em 1961 que, entre outras reivindicações, traziam o debate da autonomia universitária. Sobre heteronomia vou tratar mais adiante. A Lei 5.540/1968 definia a autonomia da seguinte forma no seu Art. 3º: “As universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos.” Sendo uma Lei promulgada na época da ditadura, não surpreende a inclusão de uma autonomia disciplinar. Há quem avalie que a Reforma Universitária de 1968 seja paradoxal, uma vez que foi instituída

em plena ditadura militar, mas, por outro lado, eliminou as cátedras que determinavam um sistema de opressão bastante deletério no âmbito das instituições. Tomemos agora a definição da Constituição de 1988: "Art. 207. As universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão." Então vejamos, em 1931 a autonomia estava definida num decreto, em 1968 foi definida por Lei e em 1988 se tornou um artigo da Constituição Federal. Sem sombra de dúvidas esse processo denota um ganho, no entanto, devemos avaliar se o fato de haver definição e preceito constitucional a autonomia, ou melhor, as autonomias, foram alcançadas. Das autonomias definidas no texto constitucional, vou iniciar falando da autonomia administrativa. A administração de entes públicos, ou a administração pública, pressupõe um ordenamento legal definido nos níveis federal, estadual e municipal. Não à toa, muitas vezes, a administração vem sendo confundida com gestão, conceito muito mais alinhado com os ditames de mercado. Gestão é um elemento da administração pública e deveria ser sempre orientada socialmente. O burocratismo instituído pelas administrações universitárias, associado aos vários critérios de alinhamento da nossa vida acadêmica, faz com que a autonomia administrativa fique tutelada, sob regramentos externos à universidade, o que define muito mais uma heteronomia no lugar de autonomia. Vou tomar como exemplo os processos de avaliação ou controle da atividade acadêmica. Hoje de manhã conversávamos com Wilma e ela dizia do controle do número de horas trabalhadas. Qual o significado dessa medida administrativa? Ou melhor dizendo, de gestão? Obviamente essa heteronomia de controle não condiz com a essência da atividade acadêmica, que é o trabalho intelectual ou imaterial como definido por Sadi Dal Rosso. Outro exemplo da regulação ou do controle ou da heteronomia que regra nossa vida acadêmica diz respeito às avaliações: avaliações de cursos de graduação, de pós-graduação, individuais, institucionais. Tais avaliações partem de políticas construídas por órgãos externos, muitas vezes alinhados com as lógicas, de novo, de mercado. Vejamos a avaliação CAPES: a lógica produtivista e meritocrática instituída na atual "avaliação" traz impactos na rotina administrativa, caracterizando mais uma vez um aspecto heteronômico. Sobre as avaliações, tratarei mais adiante quando formos falar de autonomia didático-científica. Um aspecto fundamental da autonomia administrativa diz respeito à democracia interna. A luta pelo fim da lista tríplice

para reitores, com eleições no mínimo paritárias, é prioritária. A dependência do executivo para indicação de reitoras ou reitores é um verdadeiro ataque à autonomia. Devemos tomar como exemplo a conquista da UERN, acabar com a lista tríplice, sem necessidade de regulação por Lei. Vejam o que aconteceu no âmbito federal. Quem indicará os próximos reitores das estaduais paulistas será Tarcísio de Freitas, um bolsonarista miliciano. Imaginem o que pode acontecer se tomarmos o que aconteceu com as federais durante o governo Bolsonaro-Mourão. A defesa da autonomia administrativa passa pela defesa da democracia interna. Passemos para a autonomia de gestão financeira. Vejam, em 1968 a Lei definia autonomia financeira e o art. 207 da CF fala em autonomia de gestão financeira. Esse aspecto é muito importante. A gestão, como disse anteriormente, é um desdobramento da administração. O entendimento de que as universidades têm de ter autonomia financeira tem por trás o entendimento de busca das chamadas “outras formas de financiamento”, ou seja, privatização! Temos de lutar por adequado financiamento público para executarmos a autonomia de gestão financeira. Ocorre que as administrações universitárias estão rendidas aos ditames externos, caracterizando, de novo, heteronomia. Vou tomar como exemplo o estado de São Paulo que foi governado por quase 3 décadas por governos PSDBistas, o chamado Tucanistão, e agora avançamos para o Bolsotucanistão. As políticas definidas por 3 décadas de governos com visões absolutamente neoliberais que, entre outros elementos, privilegiam setores dominantes e têm incidência sobre o financiamento das universidades. As administrações universitárias se rendem aos ditames dessa política neoliberal, sem críticas, legitimando-a. Destaco alguns elementos práticos: as desonerações e isenções fiscais, as LDOs e LOAs e os PPAs. Nós acabamos de analisar o PPA do estado de São Paulo e é um verdadeiro absurdo! Resumidamente: define a gestão do Estado com lógica da administração privada, usando terminologias e definições de mercado. Coloca as universidades estaduais paulistas a serviço do governo para desenvolvimento de tecnologia e inovação voltadas ao empreendedorismo para atingir as metas para a excelência! Usa os ODSs da ONU como para justificar as políticas propostas. Ou seja, via governo do estado, a ONU estaria delineando as políticas do estado, inclusive as de ciência, tecnologia e inovação que devem ser executadas pelas universidades. Sobre o cumprimento da LRF, como mencionou Flávia e outros colegas hoje de manhã, há muita discussão sobre a aplicação dos limites colocados pela Lei exatamente por causa da autonomia que coloca universidades públicas

como órgãos públicos diferentes dos demais. Nina Ranieri, pesquisadora da Fac. Direito da USP, coloca que autonomia não é soberania, nem significa independência. No entendimento dela, as administrações universitárias devem seguir as legislações, inclusive a LRF. Nós não concordamos com essa visão exatamente porque se caracteriza como heteronomia. Na USP, p.e., aprovaram em 2017 um documento chamado Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira, sob pretexto de déficit orçamentário e responsabilidade fiscal. Ocorre que o que vivemos nas estaduais paulistas é um histórico de subfinanciamento, o que o Fórum das Seis vem denunciando há décadas, especialmente após os anos 2000 com o processo de expansão do ensino superior paulista. No estado de São Paulo, desde 1989, temos o chamado Decreto da Autonomia que trata essencialmente das questões de financiamento e vinculou o financiamento à percentagem da quota parte do estado da arrecadação do ICMS. Em 89 esse percentual era de 8,4% e agora são 9,57%. Esse percentual é garantido na LDO e LOA, como pressão na Assembleia Legislativa. Com a possibilidade de reforma tributária que eliminará o ICMS, estamos debatendo como ficará o financiamento. Por último, vou abordar a autonomia didático-científica, e o faço resgatando uma fala da Marilena Chauí num debate da Adusp em 2000: “Nós sabemos que uma das marcas daquilo que se chama a modernidade é, no caso das artes e das ciências e da filosofia, a busca da autonomia, ou seja, o definir-se a partir de suas questões lógicas próprias, internas, e não pela sua submissão ao poder teológico, ao poder político, ao poder eclesiástico, ao poder estatal.” Para que a produção do saber seja reflexiva e crítica é necessário que haja autonomia de pensamento. Tal autonomia leva a questionamentos contextualizados, ou seja, a partir do momento histórico. Temos de defender que o contexto dos questionamentos seja histórica e socialmente referenciado. Ou seja, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, se indissociáveis de fato, deveriam conduzir nossas atividades acadêmicas. Ocorre que, cada vez mais, as atividades acadêmicas estão sendo submetidas a lógicas externas, novamente caracterizando heteronomia, e não autonomia. Aquilo que se chama de avaliação é na verdade análise de desempenho, com índices arbitrários, tirados de contexto. Isso se torna ainda mais crítico num país como o Brasil, de dimensões continentais, com diferenças econômicas, socioculturais e regionais bastante expressivas. Como comparar as atividades de um programa de pós-graduação de universidades localizadas nos interiores, nas periferias, com as de programas consolidados nos grandes centros? Pior ainda, colocar tais

programas em uma lógica concorrencial, cujo resultado da avaliação desembocará em financiamento. Toda lógica das avaliações tem obedecido lógicas gerenciais, empresariais, voltadas para o mercado. Não é menor que o empreendedorismo tenha entrado tão fortemente nas nossas rotinas acadêmicas. Assim como o inovacionismo, o produtivismo e a meritocracia. Os projetos de pesquisa muitas vezes são desenhados a partir de temas definidos em editais de pesquisa que trazem motivações voltadas para o mercado, beneficiando áreas que podem render produtos, patentes e startups. É a mercantilização do pensamento, uma heteronomia perversa que passa a regular, ou limitar, a autonomia do saber, como define Marilena Chauí. Por fim, é óbvio que as autonomias se interrelacionam. Não podemos reduzir a autonomia universitária às questões financeiras, como vêm fazendo vários gestores. É nosso papel denunciar o avanço da heteronomia e lutar para que as autonomias sejam de fato efetivada”.

**Gilberto Calil (Andes-SN):** Lei Geral das Universidades do Paraná: Ataque à Autonomia Universitária e precarização das condições de ensino e trabalho. 1992: UEL e UEM vencem ação pela autonomia contra sistema integrado de pagamento (decisão confirmada em 2018). 1999: Termo de gestão (Lerner). Debate sobre definição de percentual do ICMS. Debate de princípio – “financiamento pleno” X “orçamento global”. 2001: tentativa de “regulamentação” da autonomia (Lerner). 2003-2010 – governo Requião – ataques pontuais à autonomia. 2011-2018 – governo Beto Richa – redução orçamentária a partir de 2016. 2019 em diante - governo Ratinho – Meta 4 e Lei Geral das Universidades. Histórico: Paraná como laboratório de políticas neoliberais para o ensino superior, desde gestão Jaime Lerner, com projetos de “regulamentação” da autonomia universitária. Em todas as versões, acenou com alguma garantia de recursos, mediante indicadores pré-definidos em troca de distintas formas de controle e limitação da autonomia universitária. 2019 – 1ª versão: Amplo debate nas universidades; Seminário Estadual Londrina – 400 participantes, vários GTs, unanimidade no repúdio; Repúdio integral dos Conselhos Universitários, exceto UENP. 2019 – 2ª versão: Poucas modificações, manteve o essencial; II Seminário Estadual reafirmou o repúdio integral. 2021 – 3ª versão: negociação dentro do governo sem transparência, mudanças pontuais; Dezembro – tramitação em regime de urgência, em sessão remota e no contexto da pandemia; 11 dias entre apresentação da mensagem e aprovação definitiva; Mensagem do Governador: *“O princípio norteador da proposta é criar uma padronização mínima obrigatória de gestão*

de pessoal, custeio e investimento entre todas as Universidades Estaduais”. Objeto: Art. 1º Esta Lei Geral das Universidades (LGU) dispõe sobre parâmetros para o financiamento e a distribuição de recursos entre as Universidades Estaduais do Paraná, fixa regramento específico para pagamento de pessoal e estabelece critérios para estimular a eficiência da gestão universitária. Para isto, cria um aparato institucional de gestão e fiscalização; Art. 16. Os cargos docentes do Sistema Estadual de Ensino Superior serão distribuídos entre as Universidades Estaduais mediante decreto, considerando-se o número de vagas **ofertadas** em cursos de graduação presenciais, o número de discentes **matriculados** na pós-graduação stricto sensu e o número de vagas **autorizadas** pelo Ministério da Educação (MEC) nos programas de residência médica e multiprofissional, conforme equações e parâmetros estabelecidos no Anexo II desta Lei. Este cálculo implicou na redução de 745 docentes efetivos em relação ao número de cargos criados em lei, de 8.273 para 7.478, redução de 9,6% Se houver saldo positivo: reposição gradual, no limite de até 25% ao ano. Art. 15. Até o limite de 80% (oitenta por cento) dos cargos que lhes forem atribuídos na forma desta Lei, as Universidades Públicas Estaduais terão autonomia para autorizar e realizar os respectivos concursos públicos. Quadro de docentes efetivos UNIOESTE: Abril de 2017: 1073; Agosto de 2023: 979 (perda de 94) ; LGU: 897 (portanto, precisa perder mais 82); Perda total: 176 (Fonte: Unioeste.br). Quadro número de alunos: Unioeste aumentou 21,5%: passou de 11.405 alunos em abril de 2017 para 13.852 em agosto de 2023. Se número de docentes efetivos acompanhasse de forma proporcional o aumento de estudantes, deveriam ser 1.304. Além disso: este crescimento é muito mais acentuado na pós-graduação *stricto sensu*. A Unioeste passou de 407 alunos de doutorado em abril de 2017 para 849 em agosto de 2023, um crescimento de 107%. Art. 10. Na elaboração das propostas orçamentárias das Universidades Públicas Estaduais, a previsão de recursos necessários ao pagamento de despesas de custeio das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração observará o número de alunos equivalentes e número de trabalhadores terceirizados equivalentes por Universidade. O valor mínimo anual de cada aluno equivalente e de cada trabalhador terceirizado equivalente será, respectivamente de R\$ 1.150,00 e R\$ 42.000,00, sendo que eventual correção monetária deverá ser autorizada mediante decreto governamental, com prévia análise da SEAP e autorização pela SEFA. Cálculo detalhado estabelecido no Anexo 1. Custeio: passou de 25.025.455 em 2014 para

15.660.387 em 2021 (Dados da pesquisa do Professor Luiz Fernando Reis). Redução de 37,40%.

DESPESAS DO ESTADO DO PARANÁ COM AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS: DE ACORDO COM O GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA (ENSINO)												
VALORES ATUALIZADOS PELO IPCA JANEIRO 2023												
ANO	Despesas Pessoal e Encargos			Outras Despesas Correntes			Investimentos			Total		
	empenhados	liquidados	pagos	empenhados	liquidados	pagos	empenhados	liquidados	pagos	empenhados	liquidados	pagos
2015	2.385.192.692	2.382.924.356	2.371.597.827	423.435.751	373.911.919	364.787.600	69.587.363	45.018.393	42.914.932	2.878.215.806	2.801.854.668	2.779.300.359
2016	2.665.981.761	2.665.662.031	2.658.497.272	426.367.142	384.409.892	381.077.395	48.968.375	26.677.263	25.955.410	3.141.317.278	3.076.749.187	3.065.530.077
2017	2.610.008.260	2.609.681.642	2.582.915.019	454.045.685	404.532.414	398.925.315	60.151.676	29.947.241	29.249.848	3.124.205.621	3.044.161.297	3.011.090.182
2018	2.552.742.050	2.543.455.641	2.535.180.817	437.062.347	384.379.076	377.105.913	97.223.132	35.289.656	34.642.775	3.087.027.528	2.963.124.374	2.946.929.504
2019	2.372.370.325	2.338.525.677	2.186.854.962	393.397.756	345.931.365	331.261.741	73.632.540	35.268.247	34.258.371	2.839.400.622	2.719.725.288	2.552.375.074
2020	2.404.768.828	2.402.794.747	2.402.664.396	397.940.096	326.582.665	323.658.989	42.924.259	21.755.067	21.528.821	2.845.633.183	2.751.132.478	2.747.852.205
2021	2.247.463.954	2.247.302.467	2.246.500.308	582.792.011	466.600.070	465.671.755	73.809.699	21.277.332	21.214.894	2.904.065.664	2.735.179.868	2.733.386.956
2022	2.214.563.679	2.212.055.596	2.211.226.881	397.328.050	319.608.027	317.912.339	78.007.795	26.687.946	26.339.245	2.689.899.523	2.558.351.569	2.555.478.465
2015-2022	-7,2%	-7,2%	-6,8%	-6,2%	-14,5%	-12,9%	12,1%	-40,7%	-38,6%	-6,5%	-8,7%	-8,1%
TOTAL 2015-2022	19.453.091.548	19.402.402.157	19.195.437.480	3.512.368.838	3.005.955.428	2.960.401.045	544.304.838	241.921.145	236.104.297	23.509.765.225	22.650.278.729	22.391.942.823
2016-2022	-16,9%	-17,0%	-16,8%	-6,8%	-16,9%	-20,3%	59,3%	0,04%	1,5%	-14,4%	-16,8%	-16,6%

Fonte: Paraná. Secretaria de Estado da Fazenda. Portal Transparência. Despesas. Gastos Públicos. Consulta detalhada da Despesa.

Disponível em:  
<http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/despesas/consultalivre?windowId=8c0>

### Qual o tamanho dos cortes orçamentários nas Universidades Públicas do Paraná?

Ano	Valor Liquidado (nominal)	IPCA (até 12/2022)	Valor Liquidado (Corrigido IPCA)	Perda em relação à 2016	Perda total de 2016 a 2022
2016	R\$ 2,216 bi	44,09%	R\$ 3,192 bi	-	<b>2 bilhões e 34 milhões de reais!</b>
2017	R\$ 2,268 bi	35,56%	R\$ 3,074 bi	R\$ 118 mi	
2018	R\$ 2,288 bi	31,68%	R\$ 3,013 bi	R\$ 179 mi	
2019	R\$ 2,179 bi	26,93%	R\$ 2,765 bi	R\$ 427 mi	
2020	R\$ 2,275 bi	21,69%	R\$ 2,768 bi	R\$ 424 mi	
2021	R\$ 2,449 bi	16,43%	R\$ 2,851 bi	R\$ 341 mi	
2022	R\$ 2,503 bi	5,78%	R\$ 2,648 bi	R\$ 544 mi	

Tabela: Valores Liquidados (nominais e corrigidos) pelas sete universidades estaduais do Paraná de 2017 a 2022

Fonte: Paraná. Secretaria de Estado da Fazenda. Portal Transparência. Despesas. Gastos Públicos. Consulta detalhada da Despesa.

Elaboração: Professor Thiago Ferraiol

Art. 17. O Regime de Trabalho de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE) não poderá ser aplicado a mais do que 70% (setenta por cento) do total de cargos docentes que forem atribuídos a cada Universidade Pública Estadual na forma desta Lei. Possibilidade de TIDE

sem pesquisa nem extensão: Exclusivamente ensino com, no mínimo, 18 (dezoito) horas semanais da carga horária em sala de aula, nos cursos de graduação presencial. Professores temporários deverão ter o mínimo de 18 horas em sala (para 40h) ou 50% da jornada (para demais carga horária). Consequências: impedem a realização de pesquisa e extensão; limita outras atividades de ensino (estágios, TCCs); concentração grande parte das aulas em temporários; força mudança de resoluções internas. Art. 58. As Universidades Públicas Estaduais com cursos de graduação que registrem, por três anos consecutivos, um número total de alunos matriculado menor do que 50% (cinquenta por cento) do número total de vagas, ficam obrigadas a apresentar à SETI um plano de recuperação de matrículas para os três anos subsequentes, sob pena de perder a autorização de funcionamento dos referidos cursos. § 1º Caso o plano de recuperação, ao final do terceiro ano, não recoloca o nível de matriculados acima do patamar mínimo estabelecido no caput, a SETI instaurará processo de reavaliação da autorização de funcionamento do curso. § 2º Será oportunizada às Universidades Públicas Estaduais, em rito estabelecido por portaria da SETI, a ampla defesa e o contraditório antes da decisão final que poderá resultar em: a) Autorização de funcionamento com ressalvas, onde novas medidas de recuperação do nível mínimo de matriculados serão indicadas; b) **Não renovação da autorização** de funcionamento do curso de graduação. As regras estabelecidas pela LGU colocam em risco a grande maioria dos cursos de licenciaturas de todas as universidades estaduais. Em alguns cursos das áreas de ciências humanas e exatas, não restaria um único curso em funcionamento. A situação atual adversa destes cursos é determinada por vários fatores, que absolutamente não são enfrentados pela LGU: a) o aumento da desvalorização da docência; b) os efeitos da pandemia, que produziu uma forte desorganização no fluxo educacional e um ingresso abaixo do normal. Como o ensino médio também foi impactado e os cursos de graduação têm duração de pelo menos 4 anos, estes efeitos não são rapidamente anulados com o fim da pandemia; c) a pressão de cursos de educação à distância precários e de baixa qualidade, que já formam mais de 60% dos professores no Brasil. O Novo Ensino Médio intensifica a desvalorização da docência e a desqualificação da formação dos professores, intensificando a crise. d) A precariedade da Assistência Estudantil e das políticas de permanência, incluindo ausência de casa de estudante, e a insuficiência do valor das bolsas. A universidade pública autônoma não pode se render a estas pressões e seria absurdo imaginar

que renunciasse à imprescindível obrigação de formar professores. Mas este é um claro objetivo da LGU.

**ANEXO III**

<b>TOTAL DE VAGAS DA CARREIRA TÉCNICA- ADMINISTRATIVA DAS IEES - ENSINO SUPERIOR</b>			
<b>CARGO</b>	<b>CLASSE</b>	<b>QUANTIDADE DE VAGAS DO SISTEMA</b>	<b>REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO</b>
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	1.335	ESPECIALIZAÇÃO GRADUAÇÃO
	II		
	III		
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	2.834	PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO MÉDIO COMPLETO
	II		
	III		
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	2.736 (EXTINTOS AO VAGAR)	FUNDAMENTAL COMPLETO
	II		
	III		
		<b>6.932</b>	

O caráter impositivo da LGU produz um efeito devastador no interior das universidades, obrigando a que busquem soluções pedagogicamente questionáveis para resolver a carência de professores, como a redução da carga horária dos cursos ao mínimo legal (o que desconsidera as realidades locais), a reformulação das grades curriculares para tornar os cursos mais “vendáveis” ou “atrativos” e assim atrair mais alunos ou ainda a mudança das normatizações internas aumentando a carga horária em sala de aula dos docentes, comprometendo as atividades de pesquisa e extensão. A “equalização” estabelecida prejudica especialmente uma universidade multicampi, pois as necessidades (incluindo-se custos adicionais) decorrentes da multicampia não são consideradas. Muitos cursos de pós-graduação consolidados e altamente reconhecidos estão hoje em risco de fechamento em virtude de que já estão no número mínimo de docentes credenciados, tem professores credenciados que se aposentarão nos próximos anos e, sem concurso, estes não serão repostos. Considerando-se que na definição do quantitativo de docentes a LGU considerou um docente para cada 8 estudantes de pós-graduação, quando um Programa de Pós-Graduação fechar isto implica em um recálculo do quantitativo e em uma perda adicional do número de docentes. Se um PPG com 80 estudantes deixar de existir, são

10 docentes efetivos a menos 1. A LGU atenta contra a Autonomia Universitária - A LGU é flagrantemente inconstitucional, impondo de forma autoritária diretrizes de caráter acadêmico e pedagógico que deveriam ser das universidades, criando critérios arbitrários para o fechamento de cursos, limitando a dedicação exclusiva e reduzindo radicalmente o número de docentes das universidades. 2. A LGU precariza o funcionamento das universidades - A LGU destrói as condições mais básicas do funcionamento das universidades, obrigando a assumirem critérios de eficiência que inviabilizam seu funcionamento como tal, dado que uma universidade se caracteriza pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Além disto, tendem a inviabilizar em grande parte as pós-graduações e determinar o fechamento da maior parte das licenciaturas. Ao longo de 2022: produção de materiais e realização de debates promovidos pelas seções sindicais nas sete universidades estaduais. Reuniões do ANDES com o Ministério Público para a construção de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Proposição da ADIN pela bancada estadual de oposição, a partir dos debates realizados nas universidades, solicitando a declaração de inconstitucionalidade de 47 artigos. Incorporação do ANDES como parte interessada no processo. Manifestação parcialmente favorável do Ministério Público, encampando argumentos levados pelo ANDES. Manifestação do ANDES no processo e resposta da SETI, e prazo para nova manifestação. ADIN demanda declaração de inconstitucionalidade de 47 artigos da LGU, por atentarem contra a Autonomia Universitária Manifestação do MP-PR considera inconstitucional: a redução de vagas docentes; a limitação da dedicação exclusiva; o fechamento de cursos; a imposição de carga horária mínima (e abusiva) aos temporários; a centralização do quadro pessoal das universidades; a restrição da autonomia administrativa eliminando os quadros pessoais próprios das universidade; o estabelecimento de um teto para realização de concurso público (Anexo 8).

**Elson Moura (ADUFS) - Fórum das ADs das Universidades Estaduais da Bahia:**

XIX ENCONTRO DO SETOR DAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS (IEES/IMES)  
*“Em defesa da educação pública: a luta pela recomposição salarial e orçamento nas universidades estaduais e municipais”*

UEMA, cidade de São Luís – MA, 20-22 de outubro de 2023

Elson Moura Dias Junior<sup>1</sup>

“Saudação inicial!

De tantas questões importantes que justificam a participação no Encontro do Setor, destaco duas: a) acessar as formas de ataque aos servidores/as, às universidades, a partir de diferentes forças políticas e; b) a possibilidade de partilhar as diferentes formas de luta contra estes ataques. E assim seguirá minha fala, avaliando a correlação de forças que nos faz ter o que temos, ser o que somos. Foi, é e sempre será o resultado de uma correlação de forças. E aqui, falo em nome do Fórum das ADs.

Como ontem, 20/10/23, no painel das ADs, os compas da Bahia traçaram um panorama geral, irei aprofundar em algumas questões, especialmente financiamento/orçamento.

Partindo de um princípio defendido pelo sindicato nacional – financiamento público exclusivamente para a educação pública- que o FAD defende historicamente a destinação de 7% da Receita Líquida de Impostos (RLI) para as universidades estaduais. Foi na “esteira” da luta pelos 7% da RLI que alcançamos um pleito antigo: 5% da RLI. Mas, numa época em que este percentual já não mais era mais condizente com o tamanho das universidades, diga-se, presentes em todos os territórios de identidades da Bahia (para tal, contribui decisivamente a Uneb).

Mas, este debate sobre financiamento não flutua sobre o tipo de atividade aqui debatida, a educação. O ato educativo, dentre tantas outras características, se caracteriza enquanto uma atividade contínua, logo, estável. Para ela não cabe, portanto, uma forma de financiamento que lhe seja instável, descontinua. Entendendo esta característica, nos é possível tecer críticas a formas de financiamento instáveis; dentre eles, as emendas parlamentares. Isso, mesmo quando elas são oferecidas por Deputados/as do campo progressista. Justificativas: a) hoje é um Deputado progressista, que luta pela educação. E amanhã? B) qual custo político deste apoio? C) a que tipo de concorrência teríamos que nos empenhar para disputar cifras desta forma incerta? D) qual atitude do Governo que, de um lado, “desidrata” o financiamento da universidade, do outro, percebe que podemos concorrer pelas emendas?

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Diretor da Associação de Docente da Uefs (ADUFS-BA), coordenador do Fórum das AD's.

Não! Ao contrário do caminho acima, defendemos um orçamento condizente com a natureza e especificidade da educação, neste caso, superior. E assim, nossa pauta ganha seu predicado. Hoje defendemos: 7% da Receita Líquida de Impostos (RLI), revisto a cada dois anos, tendo no ano posterior nunca menos que no ano anterior em números absolutos.

Esta é uma pauta de caráter histórico, ou seja, nos mantém num processo de mobilização permanente, mas que demanda tarefas “pragmáticas” ano a ano: reivindicação junto ao Executivo do Estado, responsável pela organização da peça orçamentária. E uma reivindicação junto ao Legislativo, ara onde a peça orçamentária é encaminhada para ser apreciada e aprovada (momento em que estamos no Fórum das ADs). Além destas linhas de luta, esta pauta é a que melhor expressa a unidade interna na universidade. Este percentual é o resultado da articulação entre o Movimento Docente, Movimento Estudantil, Fórum de técnicos e técnicas e Reitorias.

Ao contrário do pleito acima, o que faz o Governo: se tomarmos como referência o ano de 2015 (início da gestão Rui Costa - PT) temos um movimento de “desidratação” orçamentária. Nem mais os 5% de outrora temos. Não bastasse este ataque, acumulamos um problema secundário: o que é orçado não é plenamente executado. E isso pode ser feito de inúmeras formas; uma delas é o contingenciamento do repasse mensal da peça orçamentária.

Além de um evidente problema orçamentário, trata-se de (mais) um problema relativo à autonomia universitária, legitimada na Constituição Federal e Estadual.

Outro importante problema relativo à autonomia é a manutenção da lista tríplice no Estatuto do Magistério Superior. É bem verdade que nunca foi utilizada. O que reforça nossa tese da necessidade de extinção. Mas, pelo fato de já termos ameaças no uso, feita por Rui Costa, que reforçamos nossa luta pela extinção deste “entulho autoritário” (fala de Jacques Wagner, recém eleito Governador da Bahia, iniciando um ciclo de 5 gestões do Partido dos Trabalhadores na Bahia).

Sobre esta pauta, também histórica, temos duas ações de caráter mais conjuntural: a) antes das eleições para Reitoria, convocamos candidatos/as para assinar um termo de compromisso, se comprometendo a não assumir não tendo sido o/a mais votado/a; b) após eleição: pressionar o Conselho Superior para que não encaminhe ao Governo a lista dos/as mais votados/as. Assim aconteceu na última eleição para Reitoria da UEFS. O que, para a Adufs, s

e configurou enquanto um ato político, político-administrativo, que evidencia a contrariedade a este entulho autoritário.

Ora! Se é um Governo que desrespeita autonomia e segue a tendência da desidratação orçamentária da universidade, por que “cargas d’água” respeitaria direitos? Resgatando da memória, nos últimos anos (gestão petista) tivemos: extinção da licença premium, extinção da licença sabática, desrespeito aos interstícios da carreira, ataque ao direito à Dedicção Exclusiva (DE) através de um decreto “jabuti”<sup>2</sup> e mais.

Tomando como referência o ataque ao DE, organizamos nossa defesa a partir do levantamento da relação entre produção científica e de extensão e a carga horária dos/as professores/as. Aqui uma informação imprescindível: este levantamento não pôde ser utilizado por mostrar que, no geral, professores e professoras, estão com carga horária máxima (ou seja, sem a redução prevista no artigo 22) e produzindo pesquisa e extensão. Ou seja, no campo do imediato, por conta da precarização/intensificação da atividade docente, nosso levantamento serviria ao argumento do Governo. Por esta situação, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), de autoria do Psol Bahia, teve decisão liminar e de mérito mais por conta do “jabuti”. Já o Governo: a) argumenta que o decreto contra o artigo 22 é de autoria do Governo anterior e b) espera ser notificado pela ADIN. Mas, não se furtou de colocar na mesa que um dos caminhos para destravar a situação é o Movimento Docente abrir mão do artigo 22 do Estatuto. Para nós, este direito é inegociável.

Nesta luta, enfrentamos fortes Governos; destaque para as últimas forças a governar a Bahia: o Carlismo e o Petismo.

No primeiro caso temos o que se estabeleceu enquanto Carlismo, uma alusão ao seu mentor ou principal representante: Antonio Carlos Magalhães. Não só por ser o líder do poder executivo, mas por ter a seu dispor toda uma máquina, com destaque especial à mídia (muito além de um canal de TV, filial da Globo). Contra esta força política, por conta de 3 greves, que conquistamos o Estatuto do Magistério Superior, hoje tão atacado pelo PT.

Sobre o PT, sobre sua força, destacamos:

a) 16/17 anos de gestão seguida, ou seja, 5 mandatos;

---

<sup>2</sup> Por dentro de um conjunto de decretos que tratavam da educação básica, o Governo encaminhou um decreto que extinguiu artigo 22 do Estatuto; o que versa sobre a possibilidade de redução da carga horária de sala de aula para professores/as que tenham projetos de pesquisa e extensão registrados.

- b) tendo eleições que chegaram a 80% dos votos válidos;
- c) com uma Assembleia Legislativa com imensa maioria na base do Governo<sup>3</sup>, ou seja, aprova o que quer;
- d) relação íntima com sindicatos (muitos no serviço público) que se prestam à função de correia de transmissão do Governo;
- e) um Governo que não enfrenta problemas com finanças: pelo portal da transparência, suas contas estão abaixo do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ou seja, um Governo com margem para negociar.

Enfim, diante desta relação contra um Governo forte e que tem relações íntimas com o Legislativo, o que fazer?

Lutar! E com independência e autonomia. E buscando unidade interna e externa. O Fórum das ADs é já um primeiro esforço para construir esta unidade. Há mais de 20 anos as ADs da Bahia unificam a pauta contra o Governo do Estado através do referido Fórum. Mas, não só: construímos unidade com o Fórum das 12 (além das ADs, Fórum de técnicos/as e Movimento Estudantil); com Reitores/as e demais servidores e servidoras do Estado da Bahia. Uma unidade, bom que se diga, que não nos trava; não temos uma pauta específica que dependa desta unidade além do FAD.

Pois bem, a materialidade desta luta, independente autônoma e em unidade, é o que trouxemos hoje para iniciar o debate.

Firme!”

**José Helber Tavares (ADUEPB) - AUTONOMIA, ORÇAMENTO E DIREITOS:** 1. Nestes 15 minutos eu vou tentar fazer uma digressão que envolve os 3 pontos sugeridos no tema da mesa. Obviamente fico contente em ser contemplado pelas falas dos colegas que me antecederam, ao mesmo tempo que fico um pouco triste com o diagnóstico do nosso tempo nas universidades. Então vou tentar não me repetir. 2. Minha ideia que quero defender é que a questão da autonomia e a questão orçamentária colocam as universidades em um limbo institucional. PERDA DA EVIDÊNCIA DA INSTITUCIONALIDADE. 3. AUTONOMIA.

---

<sup>3</sup> Apesar, portanto, de uma diferença em relação ao que o Executivo Federal enfrenta, existe um alto custo político para manter esta relação.

Minha pergunta passa pelo seguinte, por que as universidades estaduais são tratadas como persona non grata dentro do executivo do estado? Por que somos tratados como um problema? Na minha humilde opinião, nós não podemos fazer uma análise de conjuntura em que os grupos que estão no poder nos Estados ainda representam grupos diversos locais de conservadores e progressistas? E mantem a mesma prática. Os CONTRATOS para dar acesso aos recursos de fundos públicos.\_O TEOR FORMAL DE INSTÂNCIAS INTERNAS DEMOCRÁTICAS contratos obscuros que sabemos que funciona em sistema de licitações de cartas marcadas, superfaturamentos e entrega de baixa qualidade de serviços. A Universidade já chegou no teto destes processos. Tanto é que a quantidade de empreiteiras que abandonam as obras, ou tem dificuldade de atualização são imensos. As UNIVERSIDADES ainda tem um grau de transparência. Por mais que empresas júnior e startups proliferem, as universidades não são espaços de escoamento de fundos públicos assim tão fácil quanto uma parceria com prefeituras ou com parcerias direto com as secretárias do Estado.\_Então a autonomia incomoda porque não é interesse dos Estados que as Universidades possam gerir seus próprios recursos. **4. FINANCIAMENTO:** A questão do orçamento passa por um reforço desta perda de institucionalidade. Nós somos uma instituição, com função social, ordem social: os poderes, legislativo, judiciário, defensoria, ministério público e universidade. E a proliferação do ensino privado nos últimos 30 anos enquanto empresas como organização puxou as universidades para serem tratadas como organizações e não como instituição. Então NÃO SOMOS ORGANIZAÇÃO MAS SOMOS TRATADOS COMO TAL E SOMOS INSTITUIÇÃO E NÃO SOMOS TRATADOS COMO TAL.\_Ora os estados nos tratam como gasto sem retorno. Então somos gastos, e toda contabilidade será de corte. Fazer uma estrada ou garantir o funcionamento da universidade? então é um modelo de enxugamento, de precarização do trabalho, neoliberal. Sem sermos. Então hoje a nossa dificuldade de mobilização é a mesma de uma empresa privada. De montar uma mesa de negociação. Ora o governo nos trata como um ser estranho aos poderes. A universidade não se sente parte da estrutura institucional, daí o não reconhecimento, desrespeitar reuniões.\_É por isso que o sindicato está o tempo todo lembrando da importância da universidade. **5. DIREITO:** A partir do que foi exposto ontem, para ratificar a PERDA DA EVIDÊNCIA DA INSTITUCIONALIDADE, eu queria comentar a estratégia de crise permanente, que é a mesma estratégia do capitalismo. **CRISE PERMANENTE** para

nos colocar em estado de exceção. Eu fiquei muito assustado com os informes ontem de como é simples NÃO CUMPRIR a autonomia. E tá tudo bem. E esse é o verdadeiro Estado de exceção. Fica torcendo para que haja uma crise narrativa que justifique o não melhoramento. Pandemia, ICMS da gasolina, perda do fundo de participação. amanhã vai ser outra coisa. Então o direito de transferência em Lei. 7, 5, 3, 2. E aposta na burocracia institucional. E desobedece a lei, existe uma lei de data base na Paraíba. 6. PECULIARIDADE E O QUE É COMUM A TODOS NÓS: Temos que nos apegar a pauta comum. Porque este diálogo que está começando a surgir entre os estados, como o consórcio nordeste e agora o consórcio sul, isso é muito preocupante porque sabemos que será uma forma de agrupar políticas em comum, mas que não nos é interessante. O que nós temos em comum: PERDAS SALARIAIS; DESRESPEITO AOS PCCRs; CORTES ORÇAMENTÁRIOS; CONCURSO PÚBLICO.

Durante o debate após as apresentações, foi proposto acabar com a lista tríplice no nosso setor.

### **16h30 – Coffee break**

### **17h – Condições de trabalho e saúde docente e combate ao assédio moral e sexual nas IEES/IMES**

**Composição da mesa:** Annie Schmaltz Hsiou (3ª secretária, Andes-SN); Amanda Moreira da Silva (presidenta da ASDUERJ), Caroline Lima (1ª secretária, Andes-SN).

**Coordenação:** Annie Schmaltz Hsiou (3ª secretária, Andes-SN)

**Relatoria:** Flávia Spinelli Braga (1ª VPR Regional Nordeste II, Andes-SN)

**Início:** 18h:20min

**Amanda (ASDUERJ) - Apresentação dos resultados da primeira etapa da enquete sobre saúde e condições de trabalho das trabalhadoras e trabalhadores das IEES/IMES.** Coordenadora Técnica da Enquete Nacional. A iniciativa da pesquisa tem fundamento no trabalho de Marx em 1880, historicizando o estudo sobre o adoecimento da classe trabalhadora e por isso resgatar essa possibilidade de fazer uma enquete com os docentes e as docentes das IES públicas, pesquisa piloto iniciou com algumas temática relacionadas ao período pós

pandêmico com 11 instituições inicialmente, coleta de dados com mais de 2 mil docentes, com questões fechadas e algumas abertas, questões desde o uso do tempo docente de trabalho. Como resultados preliminares entre 50 anos, 24% não são residentes nas cidades que estão na cidade de suas instituições, a dedicação para trabalho doméstico chega a 4h e 6h de dedicação para preparação de aulas. No bloco 4 sobre as condições estruturais e salariais 46% dos docentes consideram insatisfatório. 81% trabalha fora do horário com aplicativos para atender estudantes. 45% consideram insatisfatório o suporte institucional para utilização. Bloco 6 sobre saúde docente, 66% sofreu assédio moral. Bloco 8 sobre as relações sindicais 36% não são sindicalizados. Em sua conclusão Amanda confia na necessidade da pesquisa imperícia como parâmetro sendo o sindicato o vetor para viabilizar estas pesquisas. Os próximos passos propõem a participação de todas seções sindicais do Andes, mostrando uma nova configuração do trabalho e suas relações no mundo do trabalho e com suas experiências enquanto trabalhadores e trabalhadoras da educação possam contribuir para mobilização política fortalecendo as lutas (Anexo 9).

**Caroline Lima (Andes-SN) - Combate ao assédio moral e sexual nas IEES/IMES.** Inicia clamando a necessidade de discutir também sobre o lazer, o Andes já está no contexto deste debate com agenda, no qual a violência acontece nos espaços verticais como chefias de departamento e direção. A análise a partir de legislação tendo como a constituição para gerar o código de criminalização do assédio moral. Sendo somente no ano de 2001 o reconhecimento como crime, tendo a dificuldade de comprovação de assédio moral e sexual que precisa de pelo menos 6 meses para gerar reconhecimento do crime de assédio. Para iniciar é importante compreender o que significa assédio como uma relação de poder, com as condições impostas desde a colonização que naturalizou o assédio às mulheres, a população negra e escravizada e a população LGBT. Compreender que há um processo de naturalização e que as instituições não tem espaços para acolhimento das pessoas assediadas. Qual o papel do sindicato? Denunciar a reitoria em mediar e dar isonomia tanto ao assediado(a) como ao assediador(a) de lidar com estas negociações, de desnaturalizar a violência, adoecimento docente, a medicalização e a política de produtividade, identificar a violência. O Andes produziu a cartilha sobre o combate ao racismo e a cartilha. Carol apresenta os casos da UNEB E UDESC de assédio sexual de alunas por professores. Defendeu a construção de um protocolo para

normatizar a apuração e pressionar as gestões das universidades construindo as metodologias para superar estas violências que acontecem. Termina clamando a participação do seminário integrado do GTSSA na próxima semana na UFS (Anexo 10).

Durante o debate foi ressaltado que as diversas formas de assédio deixam o docente mais adoecido, mais obeso e mais individuado. Foi lembrada a discussão sobre a xenofobia, para os docentes que chegam de outras regiões. Chamou-se a atenção para a desumanização e a construção dos estereótipos de loucuras para as vítimas de assédio. Foi também ressaltado a questão do tempo livre que não é compreendido como lazer e tempo de não trabalho, destacou-se o antipunitivismo. Indagou-se se existe possibilidade do Andes discutir diversidade e religiosidade, que também é alvo de muito assédio moral aos docentes que trabalham com o tema. Foi lembrado o caso da expulsão do professor assediador do Andes e fortalece o papel do sindicato. A paridade discutida e presença das mulheres em todas as mesas. Foram dados informes de denúncia de assédio feita na universidade do Paraná da área de jornalismo e a reitoria se isentou do processo até ser sofrer sindicância do ministério público. Patrícia (SINDUECE) fez a leitura da interlattes, poesia que fala do adoecimento (Anexo 11). Em seguida, os membros da mesa chamam a responsabilidade para o papel do ministério público estadual e o papel de todas e todos, além de reafirmar os elementos agregados a plataformização.

**20h – Atividade cultural: Show com música maranhense Ronald Pinheiro e banda.**

**Domingo – 22/10**

**9h – Plenária final - Discussão das resoluções do 41º Congresso do Andes-SN e 66º Conad e proposição de novos encaminhamentos para o 42º Congresso do Andes-SN.**

**Coordenação:** Alexandre Galvão (2º secretário, Andes-SN)

**Mesa:** Gisvaldo Oliveira da Silva (2º Tesoureiro, Andes-SN)

**Relatoria:** Annie Schmaltz Hsiou (3ª secretária, Andes-SN)

**Abertura da Plenária Final - Alexandre (Andes-SN):** explicou a metodologia, alertou que iremos debater os TRs aprovados no último congresso e conad, porém, ressaltou que o encontro é um espaço de acúmulo e não deliberativo. Durante o debate, ressaltou que ideias de TRs e outras sugestões poderiam ser propostas e seriam incluídas na relatoria da plenária, a serem organizadas pela coordenação do setor que posteriormente os levaria à Diretoria. Tasi propostas constituirão o material base para as TR da diretoria para o próximo congresso do andes-SN.

## **RESOLUÇÕES DO 41º CONGRESSO E DO 66º DO ANDES-SN DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES-IMES**

1. Realizar a Semana de Lutas do Setor das IEES-IMES na semana de 22 a 27 de maio de 2023, com tema a ser definido posteriormente em reunião do setor. SUPERADO.

**O tema foi: Em defesa da educação pública: a luta pela recomposição salarial e orçamento nas universidades estaduais e municipais.**

2. Realizar o XIX Encontro do Setor IEES-IMES no segundo semestre de 2023, com o tema Em defesa da educação pública: a luta pela recomposição salarial e orçamento nas universidades estaduais e municipais, sediado na UEMA, no Campus de São Luís - MA. SUPERADO.

### **1. Financiamento e Orçamento**

1.1. Que a Diretoria Nacional do ANDES-SN, em articulação com as Seções Sindicais, atualize e divulgue os dados da pesquisa sobre financiamento das IEES-IMES.

**Proposta:** Manutenção do contrato dos bolsistas, após o congresso, para dar continuidade a atualização da pesquisa sobre a relação dos orçamentos das despesas com as IEES-IMES.

1.2. Fomentar e/ou estimular a criação de GTs Verbas locais, com o objetivo de realizar estudos sobre o financiamento das IEES-IMES, construindo e divulgando séries históricas para entender a forma de repasse às universidades e faculdades.

**Proposta:** Reforça a importância sobre o tema, os dados apresentados serão fundamentais para dar subsídios de construção e/ou reativação dos GTs Verbas nas SSinds. Neste sentido, reforça o convite para participação na reunião pleno do GT verbas (Circular 382/2023).

**Proposta:** a Diretoria já vem construindo a pesquisa de dados, assim, o GT Verbas já está em articulação com o setor das estaduais. Proposta de atualização da pesquisa através de um TR - substituir “com o objetivo de realizar estudos” por “que articulado com a pesquisa”. Substituir “construindo e divulgando séries históricas para entender a forma de repasse” por “para acompanhar, divulgar, denunciar o não cumprimento legal dos repasses, comparando o orçamento com o executado”

**Proposta:** importância de uma pesquisa, mas que as Ssinds. realizem o acompanhamento dos dados em seus estados. O Fórum das Seis já tem um método desenvolvido para acompanhamento mensal. Proposta de TR: lutar contra o contingenciamento do financiamento público para as universidades, vinculação e subvinculação. Reforma tributária já está aí e precisamos expandir para além do debate.

**Proposta:** acesso ao financiamento público estadual, quem tem que prover é o governo do estado. Precisa organizar os dados e não ficar só na questão dos repasses estaduais, mas entender que os recursos podem vir do MEC (se tem repasse, provoca o Andes-SN sobre os vínculos do governo federal para as estaduais). Crítica do repasse que só vai para as IFES, e deveriam também ser repassados para as estaduais.

**Proposta:** Sugestão de inclusão de item: no debate de financiamento vinculado a uma campanha (item 3), mas não indica os caminhos para as Ssinds. - tem que aparecer um texto que aponte para isso, que apareça a questão do financiamento das universidades estaduais.

**Proposta:** em relação à pesquisa, propõe que não somente atualize e divulgue, mas amplie as fontes de financiamento - que dentro da pesquisa tenha elementos como os entes estaduais e federais tenham participado na captação de financiamento. Proposta: que seja agora Setor das IEES/IMES e Distrital. No item 1.6. Proposta Geral - A fonte de financiamento é somente proveniente do estado? Porém, precisamos ampliar a luta daquilo que seja orçamento seja aplicado.

1.3. Que as Seções Sindicais, com apoio das Secretarias Regionais, intensifiquem a luta pelo financiamento público das IEES-IMES:

**Proposta:** Questão do repasse automático para as universidades vinculado à receita - retomar o debate, porque quando chegar a PEC 32 vai ser um problema para os estados.

1.3.1. promovendo debates com a comunidade acadêmica e audiências públicas internas e externas sobre o financiamento das IEES-IMES com vistas à apropriação sobre a gestão orçamentária da universidade. Que os debates abordem autonomia de gestão financeira, fontes de financiamento, execução orçamentária nas IES, garantia de repasse dos duodécimos e legislações específicas que tratem de subvinculação orçamentária, e que denunciem e combatam as renúncias fiscais;

1.3.2. lutem por autonomia de gestão financeira e pedagógica e promovendo a realização de audiências públicas sobre autonomia universitária nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, convidando entidades e instituições envolvidas com a temática.

1.4. Intensifiquem a defesa do financiamento público para as IEES-IMES, contra planos de privatizações por dentro dessas instituições;

1.5. Lutem pela revogação da Lei Kandir e EC 95/2016 (Teto de Gastos) e pela garantia do pagamento da dívida da cota-parte dos estados pela União;

**Proposta:** concentração de esforços contra a lei Kandir.

**Proposta:** a lei Kandir é uma lei proposta durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo então deputado federal Antônio Kandir o qual deu nome a lei. Foi publicada no dia 13 de setembro de 1996 e entrou em vigor em 01 de novembro do mesmo ano. Ela isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as exportações de produtos primários e semielaborados, ou seja, não industrializados. A lei em si teve muitas mudanças e divergências nos últimos 24 anos, e foi este o tempo que levou para que a mesma fosse homologada. Até 2003, a Lei Kandir garantiu aos Estados o repasse de valores a título de compensação pelas perdas decorrentes da isenção de ICMS, mas, a partir de 2004, a Lei Complementar 115 – uma das que alteraram essa legislação –, embora mantendo o direito de repasse, deixou de fixar o valor. Com isso, os governadores precisam negociar a cada ano com

o Executivo o montante a ser repassado. A lei Kandir isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as exportações de produtos primários e semielaborados, ou seja, não industrializados. Desoneração das exportações dos produtos primários e semielaborados (ex.: soja, minério). Deveria haver uma indenização aos Estados, como é prevista na constituição federal, pelas perdas com esta desoneração tributária. Essas perdas são vultosas e permanentes, como já admitiu o banco central. A lei Kandir, além de afetar a relação federativa prejudicando os estados, ela modificou o modelo de desenvolvimento previsto na Constituição Federal, que é o da substituição de importações e o da oneração dos produtos estrangeiros, beneficiando, assim, os produzidos internamente e incentivando a exportação de produtos elaborados, que geram renda, emprego, desenvolvimento tecnológico e maiores volumes de divisas para o nosso país. Com essa decisão, o governo federal enfraquece os Estados, aumenta o seu endividamento, ampliando a estrutura burocrática e concentrando o poder no governo federal.

1.6. Intensifique a luta pela realização regular de concursos públicos para docentes, superando a atual situação de crescimento acelerado da precarização do trabalho docente, que atinge as IEES-IMES;

**Proposta:** Proposta inclusão texto no item: "Que as Ssinds. intensifiquem a luta..."

**Proposta:** "Que o Andes-SN intensifique a luta contra a reforma administrativa (PEC 32) e suas derivadas nos estados e também contra a lei de responsabilidade fiscal, que irá afetar os concursos públicos e bloquear o repasse dos recursos para as universidades estaduais. Concurso vs precarização do trabalho."

1.7. Que o ANDES-SN e as Seções Sindicais, em conjunto com organizações da classe trabalhadora e movimentos sociais, promovam debates, rodas de conversa, ações de mobilização, orientada pela luta contra o arcabouço fiscal, em uma linha histórica com a aplicação da emenda constitucional 95, reafirmando a necessidade de uma auditoria cidadã da dívida pública, com ampla divulgação das consequências deletérias para a educação pública e serviços públicos de forma geral, decorrentes das vultosas transferências de recursos do orçamento público para o mercado financeiro.

**Proposta:** "Que o Andes-SN construa uma campanha com movimentos sociais para um debate

(com movimentos sociais e a classe trabalhadora) sobre o que é a dívida pública, para o acompanhamento do que é planejado e efetivamente executado”.

1.8. Que o ANDES-SN, suas regionais e seções sindicais realizem debates e outras ações, em parceria com a Auditoria Cidadã da Dívida e/ou entidades com acúmulo sobre o tema, sobre os efeitos da Reforma Tributária com vistas a subsidiar a disputa por uma política tributária orientada pelos princípios do Caderno 2 sobre estrutura tributária, com justiça social, que assegure tributação das grandes fortunas, impostos progressivos e redirecione o fundo público em favor das necessidades da classe trabalhadora.

**Proposta:** Informes das atividades do Andes-SN com a auditoria da dívida pública, a mesa no evento também ajuda a acumular.

**Proposta** - reforça que o encontro é um espaço de acolhimento de reflexões, continuar a acumular as contribuições da base. O que vê do financiamento do governo federal, é por isso que o financiamento entra na pesquisa. Queremos saber o que realmente é executado pelos estados. Contrato dos bolsistas/pesquisadores até fevereiro de 2024. Sobre as oficinas em Feira de Santana, aqui foi feita uma mesa, e foi por causa do tempo. A ideia é que a gente avance na construção das oficinas no setor.

**Proposta:** debate sobre o debate municipal, Gurupi não tem financiamento público do município, e a realidade é a cobrança da mensalidade. Proposta TR: “Que o Andes-SN lute pelo financiamento das Universidades públicas municipais inclusive com destinação de percentuais de 1 a 2% dos orçamentos das prefeituras onde existe esse tipo de universidade.”

## **2. PERDAS SALARIAIS E LUTAS POR RECOMPOSIÇÃO SALARIAL**

2.1. Que as Seções Sindicais, em articulação com as Secretarias Regionais, ampliem a luta pela recomposição das perdas salariais da categoria, pela garantia dos direitos de carreira atacados a pretexto das medidas tomadas por conta da pandemia, e dos **prejuízos decorrentes** das implicações da EC 106/2020.

Proposta: Essa lei já foi sancionada. Proposta TR: a luta para recuperar o tempo congelado pela LC 173/2020 ainda com ações correndo no STF, luta pela reaquisição do tempo!

Proposta: O texto de apoio fala que a EC 106 congelou as promoções e progressões. Na realidade, ela abre espaço para isto, mas o congelamento se deu pela LC 173/2020 de 20/5/2020, reforçado pela LC 191/2021, específica para os estados. EC 106/2020 “Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia.” Art. 11. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação e ficará automaticamente revogada na data do encerramento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional.

<https://www.camara.leg.br/noticias/659956-congresso-promulga-emenda-constitucional-do-orcamento-de-guerra>

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/saiba-aqui-tudo-sobre-a-pec-10-2020-e-a-ec-106/>

2.2. Que o ANDES-SN utilize amplamente seus canais de comunicação social e redes sociais para divulgação de todas as seções sindicais do setor IEES/IMES em campanha de recomposição salarial.

**Proposta:** InformAndes já fez matéria sobre o tema após o CONAD, iniciamos (uma planilha sobre o tema).

**Proposta:** para além dos InformAndes, que as regionais e Ssinds. provoquem o Andes-SN para a divulgação das lutas nos estados da nossa categoria.

2.3. Tome o salário mínimo calculado pelo DIEESE como referência para o estabelecimento do piso da remuneração do(a)s docentes em fase inicial de carreira, para o regime de trabalho de 20 horas;

**Proposta:** Salário mínimo calculado do Dieese (agosto 2023): R\$ 6.280,00. Pensar numa reavaliação dessa proposta a partir das realidades estaduais e municipais. Para sistemas que tem bom plano de carreira (adicionais de titulação elevado, interníveis elevados, percentual de dedicação exclusiva elevado), isto implicaria em um salário final irrealista. O salário do Diesse é de R\$ 6.280. Como a TR indica que este valor seria para 20 horas, para 40 horas daria R\$ 12.560. Nas estaduais paranaenses o básico atual é R\$ 3.607, e a reivindicação da greve é que seja equiparado ao básico do magistério (R\$ 4.420,55), o que daria um expressivo ganho real.

O salário indicado na resolução implicaria em um aumento de 3,48 vezes no salário final. Para um professor associado C, por exemplo, daria um salário final superior a 75 mil reais.

**Proposta da coordenação para o TR:** que os docentes em início de carreira, 40h, não ganhem menos que o piso nacional do magistério (R\$ 4.420,55).

### **3. CAMPANHA**

3.1. Que as Seções Sindicais criem estratégias de divulgação e enraizamento da campanha “Universidades Estaduais e Municipais, quem conhece defende”.

**Proposta** da coordenação: produzir material nos estados a partir das lutas locais e regionais, divulgando as lutas com vídeos bem produzidos. Iniciar após o Encontro Nacional até dezembro. Organizado pelas regionais. Protagonismo para os membros locais. Continuar produzindo a camisa da campanha via regionais.

**Proposta:** quando a gente for fazer material de divulgação, levar em conta a diversidade das pessoas para não favorecer setores e ou recortes raciais e de gênero.

**Proposta:** O conteúdo da campanha deve ser melhor pensado, parece uma campanha institucional, temos que trazer os elementos de projeto de universidade que a gente defende. Reforço sobre a pauta da democracia. Proposta de inclusão de subitens: democracia, diversidade, permanência estudantil, questão de gênero etc.

**Proposta:** a campanha teve 04 eixos de campanha que abordam as questões centrais colocadas nas falas anteriores (Michele e Carmem). Lugar da produção de conhecimento público é na universidade pública! A partir de maio sempre tem a semana de luta do setor (avançar na campanha).

### **4. DEMOCRACIA INTERNA**

4.1. Que as Seções Sindicais, em articulação com as Secretarias Regionais, lutem por processos estatuintes no mínimo paritários, buscando a democracia interna, o fim da lista tríplice e de qualquer interferência do poder executivo nas escolhas do(a)s dirigentes das universidades.

**Proposta** - ao final do TR: “... garantindo os conselhos internos conforme a LDB” participação no conselho universitário.” Novas propostas - inferências estaduais e municipais da educação,

e não tem para a discussão do ensino superior (fortalecer os fóruns do CONAE); fortalecimento dos fóruns estaduais, municipais e distritais.

**Proposta:** Na UEMA e na UEMASUL existe um ambiente muito hostil e autoritário, com decisões muito centralizadas nos chefes de departamento e diretores de centro e curso. A presença do SINDUEMA na vida acadêmica da UEMA e UEMASUL tornou-se uma referência de defesa dos direitos dos professores, de combate ao assédio junto a professores temporários inclusive mobilizando-os para aderirem e paralisaram as atividades na greve.

**Proposta:** Sobre o item é complexo, há inúmeros debates sobre a concepção de democracia. Proposta: voto universal e as Ssind. e ADs tenham cadeira nos colegiados.

**Proposta:** avançar no debate da participação da comunidade (conselho da comunidade) dentro dos conselhos universitários (colegiados) - de alguma forma construir para que tenha maior diversidade da comunidade externa à universidade, no sentido, movimentos sociais, que tragam as demandas da comunidade.

**Proposta:** informa que a comissão de educação já aprovou um primeiro relatório com o fim da lista tríplice nas IFES - o processo se encerre dentro das universidades. Ver nota da diretoria.

**Proposta:** na UNEMAT conquistamos em uma mobilização de 2007, que materializa o que está expresso no item. Lei Complementar 319, defender a democracia de gestão interna. ADUNEMAT não participa de nenhum colegiado para manter a autonomia - Proposta: “Que o Andes-SN através de suas Ssinds. se mantenham fora dos colegiados para garantir autonomia e independência das gestões das universidades.

**Proposta:** o papel do sindicato nos órgãos de e colegiados das universidades tem um papel de fiscalização e acompanhamento, para que sejam feitas estratégias de ação na universidade.

**Proposta:** questão muito cara para SINDUEMA, a reitoria sempre é maioria dentro dos colegiados. Em relação a estatuinte é um processo mais amplo e deve incluir comunidade acadêmica.

**Proposta:** Proposta de inclusão de item: 4.4. “Fortalecer os espaços e conferências municipais, estaduais ou distritais de educação garantindo espaço para que as IEES e IMES no processo com fiscalização do Andes-SN”. 4.5. “Estímulo dos fóruns regionais de IEES-IMES”.

4.2. Que as seções sindicais ampliem e defendam a autonomia universitária e lutem pela democratização interna com servidore(a)s docentes e técnico-administrativo(a)s e discentes.

4.3. Intensificar a luta para que os processos eleitorais das IEES/IMES iniciem e acabem nas instituições, orientados pelos princípios da gestão democrática do Caderno 2 do ANDES-SN.

## **5. SEGURIDADE SOCIAL, SAÚDE E ADOECIMENTO DOCENTE**

5.1 Intensificar a luta sobre seguridade social - assistência, previdência e saúde - que são reivindicações do conjunto do(a)s servidore(a)s estaduais, como prioridade na luta em defesa das reivindicações do(a)s aposentado(a)s.

**Proposta:** sugestão de inclusão - “distribuição ou relançamento da cartilha do estudo da previdência que tratou das contrarreformas nos estados”; pautar a revogação das contrarreformas nos estados.

**Proposta:** lutar para que os Institutos de Previdência dos Estados absorvam a aposentadoria dos professores que se encontram afastados para aposentadoria, mas que permanecem na folha de pagamento das instituições e ocupando vaga institucional.

**Proposta:** pela revogação das contrarreformas nacionais e estaduais;

**Proposta** - subdivisão “aposentados” seja um outro item: “Intensificar a luta em defesa das reivindicações dos aposentados/as.”

**Proposta:** continuidade da enquete nacional sobre a saúde do trabalhador docente - incluir PROPOSTA a importância da enquete no conjunto da base do sindicato nacional a sua continuidade.

**Proposta:** tem acordo na revogação das contrarreformas porque os aposentados/as sofrem com o aumento das alíquotas previdenciárias. Amplia estudo dos impactos da previdência nos estados.

5.2. Que as seções sindicais das IEES-IMES continuem incentivando a criação do GTSSA locais e divulguem a enquete sobre saúde e adoecimento do(a) trabalhador(a) docente.

**Proposta:** proposta de correção do nome da enquete; “Enquete sobre condições de trabalho e saúde do(a) trabalhador(a) docente”. Acrescentar: “Que as seções sindicais participantes avaliem a possibilidade de realizar novas pesquisas, aprofundando os estudos em suas bases”.

## **6. CARREIRA**

6.1. Lute para que os eixos e princípios do plano de carreira do sindicato seja a referência na luta pelo estabelecimento de planos de carreiras das IEES-IMES onde esse plano de carreira ainda não foi definido ou onde o atual plano de carreira é incompatível com as necessidades da categoria;

6.2. Defenda o regime de trabalho em Dedicção Exclusiva (DE) como prioritário para a carreira docente, defendendo a DE ali onde esse regime de trabalho está sendo atacado e lutando contra a sua retirada quando da aposentadoria;

**Proposta:** “Continue a defender..” - contra as políticas de contratações de professores temporários que atacam a carreira docente, bem como avançar contra as medidas de contratação de pesquisadores de pós-doutoramento (PART). Denunciar a precarização desses professores substitutos e as universidades não podem contratar tantos temporários (ver Adusp). Recomposição de quadros efetivos em cursos que não tem professores. Carreira: pensar nas questões de gênero e de raça, medidas que considerem as marcações sociais para ingresso de docentes PPI.

**Proposta:** Proposta de um seminário nacional sobre carreira das IEES-IMES. TR primeiro semestre do ano que vem.

**Proposta:** item 6.2. - Adaptar de alguma forma “que o docente possa optar pela DE”.

**Proposta:** reforçar uma denúncia no painel: nossa DE está ameaçada na Bahia, conseguimos pela liminar manter um artigo do magistério superior que permitia a redução de carga horária. O governador disse que há centenas de DE na Bahia que não serão implementadas, e que os professores abriram mão da liminar para implementar as DE de outros professores.

**Proposta:** a LGU (lei geral das universidades) limita à 70 % o adicional de dedicação exclusiva, impede acesso a esse adicional por parte de professores temporários, porém permite contratação de temporários para a Pós-Graduação. Sugestão de encaminhamento para impedir essa possibilidade de estar na pós e não ter dedicação à pesquisa, em lugar disso, que se abra concurso.

## **7. COMBATE AOS ASSÉDIOS**

7.1. Intensifique as campanhas tanto de combate ao assédio sexual e moral, quanto de adoecimento docente, e a luta pela implementação de comissões e ouvidorias nas IEES-IMES, com composição majoritária de representação docente, de PTES e estudantil, para apuração dos casos.

**Proposta:** campanhas de informação sobre assédio moral (pq as pessoas nem sabem que estão passando); a questão dentro das IEES que sejam capacitadas e qualificadas com apoio jurídico).

**Proposta:** sugestão que o item se transforme em dois itens - ampliação através do GTPCEGDS e que as SSinds., e que seja uma obrigação dos trabalhos na universidade; luta à parte dentro das SSinds. que tenham uma estrutura organizada para escuta e acolhimento dos casos nas universidades, tem que ter protocolos.

**Proposta:** existem outras formas de violências, expansão de qualquer forma de violência; concorda com protocolos, mas precisa de centros de referências. Para dentro do Andes-SN e SSinds. também temos que construir os nossos próprios protocolos para dar encaminhamento aos casos de assédios e violências (sugestão plano de lutas do setor e GT PCEGDS).

## **8. SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO.**

12. Que o ANDES-SN, na reunião do setor das Estaduais e Municipais ou na Semana de Lutas das IEES-IMES, debata o Sistema Nacional de Educação.



---

**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**

fundado em 19 de fevereiro de 1981

**Proposta:** Manutenção da resolução - o sistema nacional de educação é a perspectiva de discussão histórica do Andes-SN; ele aparece em diferentes concepções, mas objetivamente não o temos, mas temos em sistemas.

---

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.

SEDE NACIONAL ANDES-SN: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º Andar, Bloco C - CEP 70.302-914 - Brasília - DF  
Telefone: (61) 3962-8400 | E-mail: [secretaria@andes.org.br](mailto:secretaria@andes.org.br)

Lista de Presença no XIX Encontro Nacional do Setor das Estaduais e Municipais  
(IEES/IMES)

São Luís (MA), 20 a 22 de outubro de 2023

Diretore(a)s ANDES-SN- Raquel Dias

Dia 20/10/2023 – Tarde

Nome	Seção Sindical
Zaira Valeska Dantas da Fonseca	SINDUEPA
Rosângela Assunção	ADCESP
Luis Magno Veras Oliveira	SINDUEMA
Bruno Rogens Ramos Bezerra	SINDUEMA
Carlos Eduardo Veiga de Carvalho	ADUENF
Lídia Nunes Cunha	ADUSB
Daniel de Melo Silva	ADUSB
Elizabete Calos do Vale	ADUSB

Diretore(a)s ANDES-SN- Luciana H da Silva

Dia 20/10/2023 – Tarde

Nome	Seção Sindical
Ruy D´ Oliveira Lima	ADUNEB
Marcelo Roges Pereira	ADCESP
Adriane R.S Lima	ANDES REGIONAL NORTE II
Marcelo Vieira Magalhães	ADUERN
Maria Raquel Garcia Vegas	ADUENF
Lincon Sales Serejo	SINDUEMA
Regina Sheila	SINDEDUCAÇÃO
Maria Dolores Silva	SINDEDUCAÇÃO
Jorge Costa do Nascimento	ADUSB
Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT
Acácia Batista Dias	ADUFS

Diretore(a)s do ANDES-SN- Francieli Rebelatto

Dia 20/10/2023 – Tarde

Nome	Seção Sindical
Carol Lima	ANDES-SN
Renato M V	SINDUEMA
Salon Santos	SINDUEMA
Polyanna Morgana Duarte de Oliveira	SINDUNESPAR

Claudio Coimbra Castro	SINDUEMA
B . Gomes Mendonça	APRUMA
Jefferson R. de Souza	ADUENF-RJ

Diretore(a)s do ANDES-SN- 1-Gilberto Grassi -2- Nora de Cássia Gomes de Oliveira

Dia 20/10/2023 – Tarde

Nome	Seção Sindical
Celina Quélia da Silva	SINDUEMA
Antônio Jeronimo Netto	APUG-TO
Cristina Hill Fávero	ADUEMA
José Ribamar Gusmão Araújo	SIDUEMA
Thiélide Pavanelei	ADUNEMAT
Iracema Oliveira Lima	ADUSB
Lucineide Barros Medeiros	ADCESP
João Reis Novaes	ADUSB
Ednilson A. Silva	SESDUEM
Adriano C. costa	SINDEDUCAÇÃO
Hugo Rodrigues da Silva	SINDEDUCAÇÃO

Diretore(a)s do ANDES-SN- 1- Alexandre Galvão Carvalho -2- Renata Marins Alvim Gama  
3- Annie Schmaltz Hsiou

Dia 20/10/2023 – Tarde

Nome	Seção Sindical
Maria Célia Pires Costa	SINDUEMA
Ana Lúcia Cunha Duarte	SINDUEMA
Paulo Henrique Costa Matos	APUG
Michele Schulg	ADUSP
Fernando de Oliveira Magre	SINDFAMIS
Júlio Galvão	SINDUEMA
Osmar Martins de Souza	SINDUNESPAR
Marcelo de Silva	ADUSC-BA
Zulene Barbosa	SINDUEMA
Luiz Blume	ADUSC
Amanda Santos	SINDUEMA
Naira Souza	ADUNEB
Maria Izabel De Araujo	ADUNEB
Lucenilda S. M. C. Abreu	VEMA
Lina Maria Santana	ADCESP
Clovis Piau	ADUNES

Wilma Guedes. de Lucema	ADUMG/ REGIOANL LESTE
Lorena Ferreira Portes	SINDPROL/ ADUEL
Vanessa Furtado Fortana	ADUNIOSTE
Elson Moura	ADUFS BA
João Diógenes F. Santos	ADUFS BA
Eduardo Gibram Santos	SINDUEMA
Carmem Regina de Oliveira Carvalho	ADUSB
Josè Helber Tavares de Araujo	ADUEPB
Patricia Liberdade Nascimento	SINDUECE
Nilson de Sousa Cardsoso	SINDUECE
Jean Cleverson	ADUNEB

NOME	Seção Sindical
Francisca Helena Muniz	SINDEUMA
Carlos Saturino Moreira Filho	SINDUEMA
João Coelho Filho	SINDUEMA
Kíssila Texeira Mendes	SINDUNDF
Fernanda Silva Brandão	SINDUEMA
Saulo Arcangeli	SINDUEMA
Magda Rica G. Dias	SINDUEMA
José Luiz Cavalcante	ADUEPB
Carlos vitorio de Oliveira	ADUSC

Diretore(a)s do ANDES-SN- 1- Sâmbara Paula

Diretore(a)s do ANDES-SN- 1-

Dia 21/10/2023 – Manhã

Nome	Seção Sindical
Jorge Costa do Nascimento	ADUSB
Patrícia Lima verde	SINDUECE
Nilson Cardoso	SINDUECE
Sâmbara Paula	SINDUECE
Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT
Thielide Pavanelli	ADUNEMAT
Fernando de Oliveira Magre	ADUNEMAT
José Ribacema	SINDUEMA
Antônio Jeronimo Netto	APUG-TO
Letícia Carolina Pereira do Nascimento	ANDES-SN
Luis Magno Veras Oliveira	SINDUEMA

Diretore(a)s do ANDES-SN- 1 - **Carmem Barroso Ramos** 2-**José S. Rodrigues**

Dia 21/10/2023 – Manhã

Nome	Seção Sindical
João Reis Novaes	ADUSB
Celina Quélia da Silva	SINDUEMA
Paulo Henrique Costa Matos	APUG-TO
Rodrigo Vieira de Ávila	AUDITORIA CIDADÃ DA
Naira Souza	ADUNEB
Maria Izabel L.de Araujo	ADUNEB
Raimunda Nonata Santos	SINDUEMA
Carlos Vitório de Oliveira	ADUSC-BA

Diretore(a)s do ANDES-SN- 1-Raquel Dias

Dia 21/10/2023 – Manhã

Nome	Seção Sindical
Rosângela	ADUCESP
Lorena Raquel de Alencar	ADUCESP
Carlos Eduardo Vegas de Carvalho	ADUENF
Maria Raquel Garcia Veja	ADUNF
Lucineide Barros Medeiros	ADCESP
Marcelo Roges Pereira	ADCESP
Michele Schulg	ADUSP

Diretore(a)s do ANDES-SN- 1-Annie Schmaltz 2-Gisvaldo Oliveira 3-Luciana Henrique da Silva

Dia 21/10/2023 – Manhã

Nome	Seção Sindical
Célia Soares Martins	APRUMA
Cristina Hill Fávero	ADUEMG
Vilma Guedes de Lucema	ADUEMG
Iracema Oliveira Lima	ADUSB
Polyanna Morgana Duarte de Oliveira	SINDUNESPAR

Maria célia Pires Costa	SINDUEMA
Lincon Sales Serejo	SINDUEMA
Vanessa Furtado Fortana	ADUNIOESTE

Diretore(a)s do ANDES-SN- 1-Nora de Cassia Oliveira

Dia 21/10/2023 – Manhã

Nome	Seção Sindical
Elizabeth Calos do Vale	ADUSB
Kíssila Teixeira Mendes	SINDUNB
Jean Cleverson	ADUNEB
Clávis Piáu	ADUNEB
Osmar Martins de Souza	SINDUNESPAR
Adriane R.S Lima	ANDES REGIONAL NORTE II
Jorge Costa Nascimento	ADUSB
Lídia Nunes Cunha	ADUSB

Diretore(a)s do ANDES-SN- 1-Alexandre Galvão Carvalho

Dia 21/10/2023 – Manhã

Nome	Seção Sindical
José Luiz Cavalcante	ADUEPB
Marcelo da Silva	ADUSC
Ruy D´Oliveira Lima	
Dário de Sousa e Silva Filho	ASDUERJ
Carlos Saturino Moreira Filho	SINDUEMA
João Rabello Filho	SINDUEMA
Zulene Barbosa	SINDUEMA
Carmem Regina de Oliveira Carvalho	ADUSB
José Helber Tavares de Araújo	ADUEPB
Lorena Ferreira Portes	SINDPROL/ADUEL
Elson Moura Dias Júnior	ADUFS. BA
Acácia Batista Dias	ADUFS. BA
João Alves	ADUFS. BA
Zaira Valeska d. da Fonseca	SINDUEPA
Lina Maria Santana	ADUCESP
Daniel de Melo	ADUSB

Diretore(a)s do ANDES-SN- 1- Annie Schmaltz 2- Flávia Spinelli Braga

Dia 21/10/2023 – Tarde

Nome	Seção Sindical
Antônio Jeronimo Netto	APUG-TO
Osmar Martins de Souza	SINDUNESPAR
Iracema Oliveira Lima	ADUSB
Moisés dos Santos Rocha	SIDUEMA
Carlos ...	Não colocou
João Diogenes Ferreira dos Santos	ADUFS-BA
Marcelo da Silva	ADUSC
Acácia Batista Dias	ADUFS-BA
Domingos Sávio c. Garcia	ADUNEMAT

Diretore(a)s do ANDES-SN- 1- Raquel Dias

Dia 21/10/2023 – Tarde

Nome	Seção Sindical
Domingos Sávio c. Garcia	ADUNEMAT
Fernando de Oliveira Magre	SINDFAMIS
Paulo Henrique Costa Matos	APUG
Luiz Henrique B	ADUSC
Ednilson A. Silva	SESDUEM
Letícia Carolina Pereira do Nascimento	ANDES-SN
José Luiz Cavalcante	ADUEPB
Elizabeth Calos do Vale	ADUSB
Lina Maria Santana	ADCESP
Lorena Raquel de Alencar Sales	ADCESP
Lucineide B Medeiros	ADCESP
Celina Quélia da Silva	SINDUEMA
Lucenilda S.M.C Abreu	SINDUEMA
Jorge Costa do Nascimento	ADUSB
Claúdio Souza Mendonça	APRUMA
Amanda Moreira da Silva	ASDUERJ
Dário de Sousa e Silva Filho	ASDUERJ
Frederico Duarte	ASDUERJ
Rosângela Assunção	ADCESP
Naira Souza	ADUNEB
Maria Izabel De Araujo	ADUNEB

João Coelho Filho	SINDUEMA
Carlos Eduardo Veiga de Carvalho	ADUENF
Maria Raquel Garcia Vegas	ADUENF
Jefferson R. de Sousa	ADUENF
Daniel De Melo	ADUSB
Thiélide Pavanelei	ADUNEMAT
Zulene Barbosa	SINDUEMA
José Ribamar Gusmão Araujo	SIDUEMA
Ruy D´Oliveira Lima	ADUNEB

Diretore(a)s do ANDES-SN- 1-Annie schmaltz 2- **Carmem Barroso Ramos** 3-**José S. Rodrigues**

Dia 21/10/2023 – Tarde

Nome	Seção Sindical
Magda Rica G. Dias	SINDUEMA
Amanda Moreira da Silva	ASDUERJ
Luis Magno Veras Oliveira	SINDUEMA
Carlos Saturino Moreira Filho	SINDUEMA
Nilson Cardoso	SINDUECE
Patrícia Lima verde	SINDUECE
Carlos V .de Oliveira	ADUSC

Diretore(a)s do ANDES-SN- 1-Annie schmaltz 2- Flávia Spinelli 3- Renata Gama

Dia 21/10/2023 – Tarde

Nome	Seção Sindical
Cristina Hill Fávero	ADUEMG REGIONAL LESTE
Wilma G. de Lucema	ADUEMG REGIONAL LESTE
Polyanna Morgana Duarte de Oliveira	SINDUNESPAR
<b>Lincoln Sales Serejo</b>	SINDUEMA
Carmen R.O Carvalho	ADUSB
Kíssila Teixeira Mendes	SINDUNDF
Vanessa Furtado Santana	ADUNIOESTE
Lorena Ferreira Portes	SINDPROL/ ADUEL

Diretore(a)s do ANDES-SN- 1-Annie schmaltz 2- Flávia Spinelli

Dia 21/10/2023 – Tarde

Nome	Seção Sindical
Adriane Lima	ANDES –REGIONAL NORTE
Zaira Valeska D.da Fonseca	SINDUEPA
Jorge Costa do Nascimento	ADUSB
Clovis Piau	ADUNES
Sâmbara Paula	SINDUECE
Célia Soares Martins	APRUMA

Diretore(a)s do ANDES-SN- 1-Renata Gama

Dia 22/10/2023 – Manhã

Nome	Seção Sindical
Caroline de Araujo Lima	ANDES-SN
José Luiz Cavalcante	ADUEPB
Acácia Batista Dias	ADUFS
Marcelo de Silva	ADUSC-BA
Carlos Vitório de Oliveira	ADUSC-BA
Luiz Henrique B	ADUSC
Edmilson A. Silva	SESDUEM
Lídia Nunes Cunha	ADUSB
Frederico Duarte	ASDUERJ
Polyanna Morgana Duarte de Oliveira	SINDUNESPAR
Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT
Lina Maria Santana	ADUCESP
José Luiz Cavalcante	ADUEPB
Elizabete Calos do Vale	ADUSB
João Alves	ADUFS. BA
Elson Moura	ADUFS BA
Marcelo Roges Pereira	ADCESP
Carmem Regina de Oliveira Carvalho	ADUSB
Antônio Romário N. dos Santos	SIMPROESEMA
Zulene Barbosa	SINDUEMA
José Ribamar Gusmão Araujo	SIDUEMA
João Reis Novaes	ADUSB
Fernanda Silva Brandão	SINDUEMA

Diretore(a)s do ANDES-SN- 1-Nora de Cassia 2- Sâmbara Paula 3- Luciana Henrique da Silva

Dia 22/10/2023 – Manhã

Nome	Seção Sindical
Lorena Ferreira Portes	SINDPROL/ ADUEL
Zaira Valeska Dantas da Fonseca	SINDUEPA
Ruy D´ Oliveira Lima	ADUNEB
João Coelho Filho	SINDUEMA
Dário de Sousa e silva filho	ASDUERJ
Magda Rica G. Dias	SINDUEMA
Amanda Moreira da Silva	ASDUERJ
Maria Raquel Garcia Vegas	ADUENF

Diretore(a)s do ANDES-SN- 1-José S. Rodrigues 2-Gilberto Grassi Calil 3-Carmen Barroso .Ramos 4-Gisvaldo Oliveira da Silva

Dia 22/10/2023 – Manhã

Nome	Seção Sindical
Antônio Jeronimo Netto	APUG-TO
Vanessa Furtado Fortana	ADUNIOSTE
Carlos Saturino Moreira Filho	SINDUEMA
Célia Soares Martins	APRUMA
Michele schulg	ADUSP
Jefferson R. de Souza	ADUENF-RJ
Carlos Eduardo Veiga de Carvalho	ADUENF
Iracema Oliveira Lima	ADUSB
Paulo Henrique Costa Matos	APUG
Adriane R.S Lima	ANDES REGIONAL NORTE II
Lincoln Sales Serejo	SINDUEMA
Maria Izabel De Araujo	ADUNEB
Clovis Piau	ADUNES
Cristina Hill Fávero	ADUEMA
Celina Quélia da Silva	SINDUEMA
Kissila T. Mendes	SINDUNDF
Wilma Guedes. de Lucema	ADUMG/ REGIOANL LESTE
Osmar Martins de Souza	SINDUNESPAR
Claudio Coimbra Castro	SINDUEMA
Naira Souza	ADUNEB
Lorena Raquel de Alencar	ADUCESP



---

**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**

fundado em 19 de fevereiro de 1981

Lucineide Barros Medeiros	ADCESP
Rosângela Assunção	ADCESP
Thielide Pavanelli	ADUNEMAT

---

**ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.**

SEDE NACIONAL ANDES-SN: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º Andar, Bloco C - CEP 70.302-914 - Brasília - DF  
Telefone: (61) 3962-8400 | E-mail: [secretaria@andes.org.br](mailto:secretaria@andes.org.br)